

Convênio assistencial e outros benefícios	1.886	1.223
Participação nos resultados	1.582	1.164
Programa de demissão voluntária - PIDV	-	1.165
Custos imobilizados	(3.169)	(1.985)
Provisão (reversão) trabalhista	544	(346)
Outros	179	122
	26.013	25.085
Governo		
INSS (sobre folha de pagamento)	5.132	5.235
ICMS	45.181	51.186
Provisão (reversão) fiscal	(1.818)	-
Provisão (reversão) indenizatória	672	6.389
Outros	99.611	98.777
	148.778	161.587
Acionistas		
Juros sobre capital próprio (Nota 20)	5.533	13.487
Resultados retidos	18.631	11.028
	24.164	24.515
Total	198.955	211.187

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Miguel Gustavo Durante de Oliveira Diretor Superintendente	Miguel Gustavo Junqueira Franco Diretor Administrativo Financeiro
Marco César Castro de Oliveira Diretor Técnico	Sandra Cristina Rodrigues Ribeiro Bertozzi Contadora - CRC-MG090512/O-2

Notas explicativas às demonstrações financeiras - 31 de dezembro de 2023 - (Em milhares de reais)

1. Contexto operacional

A DME Distribuição S.A. - DMED (“Companhia” ou “DMED”) é uma empresa pública, sociedade anônima de capital fechado, tendo como único acionista a DME Poços de Caldas Participações S.A., a qual figura como controladora da Companhia. A Companhia é uma entidade domiciliada no Brasil, com sede no município de Poços de Caldas, Estado de Minas Gerais, inscrita no CNPJ MF nº 23.664.303/0001-04 e Inscrição Estadual nº 518.601.288.0094.

A Companhia tem como objeto social a geração de energia elétrica sob o regime de serviço público, por meio das usinas hidrelétricas Walther Rossi (Antas II) e Machadinho e a distribuição desta energia elétrica na sua área de concessão, no Município de Poços de Caldas, sendo essas atividades regulamentadas e fiscalizadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, vinculada ao Ministério de Minas e Energia.

O Contrato de Concessão nº 48/1999 referente à concessão de geração da UHE Antas II, foi assinado em 28 de junho de 1999 entre a União (via delegado ANEEL) e o Departamento Municipal de Eletricidade de Poços de Caldas DME-PC, antiga denominação da DMED.

Com isso, o parque gerador da DMED, no Município de Poços de Caldas, atualmente é composto por uma usina hidrelétrica, a UHE Walther Rossi, com geração da ordem de 77.866,357 Mwh.

ADMED detém a concessão compartilhada para exploração da UHE Machadinho, situada na bacia do Rio Pelotas, entre os municípios de Pirituba - SC e Maximiliano de Almeida - RS, sendo que durante o exercício de 2023, em cumprimento ao direito de preferência disposto no Contrato de Consórcio, o qual foi exercido pela DMED, o percentual de participação da DMED no Consórcio Machadinho passou de 2,7326% para 2,902024%.

Após a conclusão da operação de alteração do percentual de participação da DMED no Consórcio Machadinho, foi garantido em 2023 uma quota de energia de 111.656,523 Mwh.

Desta forma, considerando a energia gerada instalada no Município de Poços de Caldas e a quota-parte referente à UHE Machadinho, a geração própria total foi de 189.522,880 Mwh.

ADMED possui as seguintes instalações em operação no Município de Poços de Caldas:

- UHE Walther Rossi - Antas II.
- Subestação de Interligação DME/Furnas.
- Subestação Saturnino.
- Subestação Osório.

O detalhamento das Usinas, está assim apresentado:

Usinas	Rio	Capacidade utilizada (MW)	Capacidade utilizada (MW)	Data da concessão	Final da concessão
PCH Walther Rossi - Antas II	Antas	16,5	16,5	13/03/1979	13/03/2029
UHE Machadinho (2,902024%)	Pelotas	1.140	12,93	15/07/1997	08/10/2035

Através da Portaria nº 629 de 3 de novembro de 2011, do Ministério de Minas e Energia, foi prorrogada por mais 20 anos a concessão para exploração da Usina Hidrelétrica denominada Walther Rossi - Antas II, prazo contado a partir de 14 de março de 2009 e regulada conforme Resolução Autorizativa ANEEL Nº 4547 de 11 de fevereiro de 2014.

Em 09 de dezembro de 2015, foi assinado o Sexto Termo Aditivo ao Contrato de Concessão nº 49/1999 - ANEEL, para distribuição de energia elétrica entre a União e a DME Distribuição S/A - DMED, o qual formaliza a prorrogação do Contrato de Concessão do Serviço Público de Distribuição de Energia Elétrica nº 49/1999 até 07 de julho de 2045, de acordo com o Despacho do Ministro do Estado de Minas e Energia de 09 de novembro de 2015, com fulcro na Lei nº 12.783 de 11 de janeiro de 2013, no Decreto nº 7.805 de 14 de setembro de 2012 e no Decreto nº 8.461 de 2 de junho de 2015.

ADMED conta atualmente com o quadro de 155 funcionários, atendendo 86.027 consumidores que em 2023 requisitaram 279.944,80 MWh.

Reajuste Tarifário Anual da DMED

Através da Resolução Homologatória nº 3.285 de 21 de novembro de 2023, os consumidores/usuários/agentes supridos atendidos pela DMED, tiveram as tarifas em média reajustadas em 2,76%, sendo de 2,39%, em média, para os consumidores conectados em Alta Tensão e de 3,00%, em média, para os consumidores conectados em Baixa Tensão, que estarão em vigor durante o período de 22 de novembro de 2023 a 21 de novembro de 2024.

2. Base de preparação

a) **Declaração de conformidade**

As demonstrações financeiras foram preparadas em conformidade às práticas contábeis adotadas no Brasil. As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos técnicos, as orientações e as interpretações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

A Companhia também se utiliza das orientações contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico Brasileiro e das normas definidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”), quando estas não são conflitantes com as práticas contábeis adotadas no Brasil e/ou com as práticas contábeis internacionais.

A autorização para a conclusão e emissão destas demonstrações financeiras foi dada pela Administração em 21 de março de 2024.

b) **Base de mensuração**

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico com exceção dos instrumentos financeiros não derivativos mensurados pelo valor justo por meio do resultado. As informações relevantes próprias das demonstrações financeiras estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.

c) **Moeda funcional e moeda de apresentação**

Essas demonstrações financeiras são apresentadas em milhares de Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em milhares de Reais foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

d) **Uso de estimativas e julgamentos**

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Dado o grau de julgamento envolvido, os resultados reais podem divergir das estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

As informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídos nas seguintes notas explicativas:

- Nota 21 - Fornecimento de energia elétrica faturada e não faturada.
- Nota 5 - Consumidores, concessionárias e permissionárias.

As informações sobre incertezas sobre premissas e estimativas que possam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício financeiro estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota 6 - Ativos e passivos financeiros setoriais-conta de compensação da variação dos custos da “Parcela A”;
- Nota 10 - Ativo financeiro indenizável (concessão);
- Nota 11 - Superávit - Plano de benefício definido;
- Nota 19 - Provisões e contingências;
- Nota 25 - Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido.

3. Políticas contábeis materiais

As políticas contábeis descritas abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras.

a) **Instrumentos financeiros: ativos e passivos financeiros - reconhecimento inicial e mensuração subsequente**

Um instrumento financeiro é um contrato que dá origem a um ativo financeiro de uma entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial de outra entidade.

i) **Ativos financeiros**

Ativos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como subsequentemente mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado.

A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modelo de negócios da Companhia para a gestão destes ativos financeiros. Com exceção das contas a receber de clientes que não contêm um componente de financiamento significativo ou para as quais a Companhia tenha aplicado o expediente prático, a Companhia inicialmente mensura um ativo financeiro ao seu valor justo acrescido dos custos de transação, no caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado. As contas a receber de clientes que não contêm um componente de financiamento significativo ou para as quais a Companhia tenha aplicado o expediente prático.

Para que um ativo financeiro seja classificado e mensurado pelo custo amortizado ou pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes, ele precisa gerar fluxos de caixa que seja “exclusivamente pagamentos de principal e de juros” (também referido como teste de “SPPI” sobre o valor do principal em aberto. Essa avaliação é executada em nível de instrumento.

Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos de principal e de juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado, independentemente do modelo de negócio adotado.

O modelo de negócios da Companhia para administrar ativos financeiros se refere a como ele gerencia seus ativos financeiros para gerar fluxos de caixa. O modelo de negócios determina se os fluxos de caixa resultarão da cobrança de fluxos de caixa contratuais, da venda dos ativos financeiros ou de ambos.

Ativos financeiros classificados e mensurados ao custo amortizado são mantidos em plano de negócio com o objetivo de manter ativos financeiros de modo a obter fluxos de caixa contratuais enquanto ativos financeiros classificados e mensurados ao valor justo em contrapartida a outros resultados abrangentes são mantidos em modelo de negócio com o objetivo de obter fluxos de caixa contratuais e também com o objetivo de venda.

As compras ou vendas de ativos financeiros que exigem a entrega de ativos dentro de um prazo estabelecido por regulamento ou convenção no mercado (negociações regulares) são reconhecidas na data da negociação, ou seja, a data em que a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo.

Mensuração subsequente

Para fins de mensuração subsequente, os ativos financeiros são classificados em quatro categorias:

- Ativos financeiros ao custo amortizado (instrumentos de dívida);
- Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes com reclassificação de ganhos e perdas acumulados (instrumentos de dívida);
- Ativos financeiros designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, sem reclassificação de ganhos e perdas acumulados no momento de seu desreconhecimento (instrumentos patrimoniais); e
- Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado.

Ativos financeiros ao custo amortizado (instrumentos de dívida)

Os ativos financeiros são subsequentemente mensurados usando o método de juros efetivos e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável.

Os ativos financeiros da Companhia ao custo amortizado incluem contas a receber de clientes, empréstimos a coligadas e empréstimos a diretores, incluídos em outros ativos financeiros não circulares.

Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (instrumentos de dívida)

Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são apresentados no balanço patrimonial pelo valor justo, com as variações líquidas do valor justo reconhecidas na demonstração do resultado. Essa categoria contempla instrumentos derivativos e investimentos patrimoniais listados, os quais a Companhia não tenha classificado de forma irrevogável pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes.

Ativos financeiros designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (instrumentos patrimoniais)

No reconhecimento inicial, a Companhia pode optar, em caráter irrevogável, pela classificação de seus instrumentos patrimoniais designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes quando atenderem à definição de patrimônio líquido nos termos do CPC 39 - Instrumentos Financeiros.

Apresentação e não forem mantidos para negociação. A classificação é determinada considerando-se cada instrumento, especificamente.

Ganhos e perdas sobre estes ativos financeiros nunca são reclassificados para resultado. Instrumentos patrimoniais designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes não estão sujeitos ao teste de redução ao valor recuperável.

Desreconhecimento

Um ativo financeiro (ou, quando aplicável, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é desreconhecido quando:

- Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expirarem; ou
- A Companhia transferiu seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos sem atraso significativo a um terceiro nos termos de um contrato de repasse e (a) a Companhia transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (b) a Companhia nem transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, mas transferiu o controle do ativo.

Quando a Companhia transfere seus direitos de receber fluxos de caixa de um ativo ou celebra um acordo de repasse, ele avalia se, e em que medida, reteve os riscos e benefícios da propriedade. Quando não transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, nem transferiu o controle do ativo, a Companhia continua a reconhecer o ativo transferido na medida de seu envolvimento continuado. Nesse caso, a Companhia também reconhece um passivo associado. O ativo transferido e o passivo associado são mensurados em uma base que reflita os direitos e as obrigações retidos pela Companhia.

O envolvimento contínuo sob a forma de garantia sobre o ativo transferido é mensurado pelo menor valor entre: (i) o valor do ativo; e (ii) o valor máximo da contraprestação recebida que a entidade pode ser obrigada a restituir (valor da garantia).

Redução ao valor recuperável de ativos financeiros

A Companhia reconhece uma provisão para perdas de crédito esperadas para todos os instrumentos de dívida não detidos pelo valor justo por meio do resultado. As perdas de crédito esperadas baseiam-se na diferença entre os fluxos de caixa contratuais devidos de acordo com o contrato e todos os fluxos de caixa que a Companhia espera receber, descontados a uma taxa de juros efetiva que se aproxime da taxa original da transação. Os fluxos de caixa esperados incluem fluxos de caixa da venda de garantias detidas ou outras melhorias de crédito que sejam integrantes dos termos contratuais.

As perdas de crédito esperadas são reconhecidas em duas etapas. Para as exposições de crédito para as quais não houve aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial, as perdas de crédito esperadas são provisionadas para perdas de crédito resultantes de eventos de inadimplência possíveis nos próximos 12 meses (perda de crédito esperada de 12 meses).

Para as exposições de crédito para as quais houve um aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial, é necessária uma

provisão para perdas de crédito esperadas durante a vida remanescente da exposição, independentemente do momento da inadimplência (uma perda de crédito esperada vitalícia).

Para contas a receber de clientes e ativos de contrato, a Companhia aplica uma abordagem simplificada no cálculo das perdas de crédito esperadas. Portanto, a Companhia não acompanha as alterações no risco de crédito, mas reconhece uma provisão para perdas com base em perdas de crédito esperadas vitalícias em cada data-base. A Companhia estabeleceu uma matriz de provisões que se baseia em sua experiência histórica de perdas de crédito, ajustada para fatores prospectivos específicos para os devedores e para o ambiente econômico.

As perdas de crédito esperadas são reconhecidas em duas etapas. Para as exposições de crédito para as quais não houve aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial, as perdas de crédito esperadas são provisionadas para perdas de crédito resultantes de eventos de inadimplência possíveis nos próximos 12 meses (perda de crédito esperada de 12 meses).

Para as exposições de crédito para as quais houve um aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial, é necessária uma provisão para perdas de crédito esperadas durante a vida remanescente da exposição, independentemente do momento da inadimplência (uma perda de crédito esperada vitalícia).

Para contas a receber de clientes e ativos de contrato, a Companhia aplica uma abordagem simplificada no cálculo das perdas de crédito esperadas. Portanto, a Companhia não acompanha as alterações no risco de crédito, mas reconhece uma provisão para perdas com base em perdas de crédito esperadas vitalícias em cada data-base. A Companhia estabeleceu uma matriz de provisões que se baseia em sua experiência histórica de perdas de crédito, ajustada para fatores prospectivos específicos para os devedores e para o ambiente econômico.

Os instrumentos de dívida da Companhia ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes são compostos exclusivamente de títulos cotados na categoria de investimento superior (Muito bom e Bom) pela Agência Modelo de Classificação de Risco de Crédito e, portanto, são considerados investimentos de baixo risco de crédito. Constitui política da Companhia mensurar as perdas de crédito esperadas sobre estes instrumentos em uma base de 12 meses. No entanto, quando houver um aumento significativo no risco de crédito desde a originação, a provisão será baseada na perda de crédito esperada vitalícia. A Companhia utiliza as classificações (ratings) da Agência Modelo de Classificação de Risco de Crédito para determinar se o instrumento da dívida aumentou significativamente em termos de risco de crédito e para estimar as perdas de crédito esperadas.

A Companhia considera um ativo financeiro em situação de inadimplemento quando os pagamentos contratuais estão vencidos há 90 dias. No entanto, em certos casos, a Companhia também pode considerar que um ativo financeiro está em inadimplemento quando informações internas ou externas indicam ser improvável a Companhia receber integralmente os valores contratuais em aberto antes de levar em conta quaisquer melhorias de crédito mantidas pela Companhia.

Um ativo financeiro é baixado quando não há expectativa razoável de recuperação dos fluxos de caixa contratuais.

ii) **Passivos financeiros**

Reconhecimento inicial e mensuração

Os passivos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado, passivos financeiros ao custo amortizado ou como derivativos designados como instrumentos de hedge em um hedge efetivo, conforme apropriado.

Todos os passivos financeiros são mensurados inicialmente ao seu valor justo, mais ou menos, no caso de passivo financeiro que não seja ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão do passivo financeiro.

Os passivos financeiros da Companhia incluem fornecedores e outras contas a pagar, , saldos bancários a descoberto e instrumentos financeiros derivativos.

Mensuração subsequente

Para fins de mensuração subsequente, os passivos financeiros são classificados em duas categorias:

- Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado; e
- Passivos financeiros ao custo amortizado.

A mensuração de passivos financeiros depende de sua classificação, conforme descrito abaixo:

Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado incluem passivos financeiros para negociação e passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado.

Passivos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem incorridos para fins de recompra no curto prazo. Essa categoria também inclui instrumentos financeiros derivativos contratados pela Companhia que não são designados como instrumentos de hedge nas relações de hedge definidas pelo CPC 48. Derivativos embutidos separados também são classificados como mantidos para negociação a menos que sejam designados como instrumentos de hedge eficazes.

Ganhos ou perdas em passivos para negociação são reconhecidos na demonstração do resultado.

Os passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado são designados na data inicial de reconhecimento, e somente se os critérios do CPC 48 forem atendidos. A Companhia não designou nenhum passivo financeiro ao valor justo por meio do resultado.

Desreconhecimento

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação sob o passivo é extinta, ou seja, quando a obrigação especificada no contrato for liquidada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo mutuante em termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente modificados, tal troca ou modificação é tratada como o desreconhecimento do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo. A diferença nos respectivos valores contábeis é reconhecida na demonstração do resultado.

iii) **Compensação de instrumentos financeiros**

Os ativos financeiros e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial individual e consolidado se houver um direito legal atualmente aplicável de compensação dos valores reconhecidos e se houver a intenção de liquidar em bases líquidas, realizar os ativos e liquidar os passivos simultaneamente.

b) **Impairment de ativos não financeiros**

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia, que são os estoques, intangível, ativo de contrato e instrumento de renda e contribuição social diferidos, são revisados a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado.

Uma perda por redução no valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou Unidade Geradora de Caixa exceder o seu valor recuperável. O valor recuperável de um ativo ou unidade geradora de caixa é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes através da taxa de desconto antes de impostos que reflita as condições vigentes de mercado quanto ao período de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo ou Unidade Geradora de Caixa. Para a finalidade de testar o valor recuperável, os ativos que não podem ser testados individualmente são agrupados ao menor grupo de ativos que gera entrada de caixa de uso contínuo que são em grande parte independentes dos fluxos de caixa de outros ativos ou grupos de ativos (a “unidade geradora de caixa ou UGC”). Para fins do teste do valor recuperável do ágio, o montante do ágio apurado em uma combinação de negócios é alocado a UGC ou a Companhia de UGCs para o qual o benefício das sinergias da combinação é esperado. Essa alocação reflete o menor nível no qual o ágio é monitorado para fins internos e não é maior que um segmento operacional determinado de acordo com o CPC 22.

Perdas por redução no valor recuperável são reconhecidas no resultado. Perdas reconhecidas referentes à Unidade Geradora de Caixa são inicialmente alocadas na redução de qualquer ágio alocado a esta UGC (ou grupo de UGC), e subsequentemente na redução dos outros ativos desta UGC (ou grupo de UGC) de forma *pro rata*.

A perda de valor recuperável é revertida somente na condição em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

Não foram detectados indicativos de perda de ativos não financeiros.

c) **Consumidores, concessionárias e permissionárias**

Engloba as contas a receber com fornecimento de energia e uso da rede, faturado e não faturado por estimativa, serviços prestados, acréscimos moratórios e outros, até o encerramento do balanço, contabilizado com base no regime de competência.

São considerados ativos financeiros e classificados como custo amortizado.

As contas a receber de consumidores, concessionárias e permissionárias estão apresentadas líquidas da Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa (PCLD), reconhecida em valor considerado suficiente pela Administração para cobrir a perda estimada na realização das contas a receber de consumidores e títulos a receber cuja recuperação é considerada improvável.

A provisão para crédito de liquidação duvidosa foi constituída em bases consideradas suficientes para fazer em face de eventuais perdas na realização dos créditos.

d) **Estoques**

Os materiais e equipamentos em estoque, classificados no ativo circulante (almoxarifado de manutenção e de obras e administrativo), estão registrados ao custo médio de aquisição e não excedem os seus custos de reposição ou valores de realização.

e) **Ativo financeiro indenizável (concessão)**

Os Contratos de Concessão de Serviços Públicos de Energia Elétrica e aditivos posteriores, celebrados entre a União (Poder Concedente - Outorgante) e a DME Distribuição S.A. (Concessionária - Operador), respectivamente, regulamentam a exploração dos serviços públicos de distribuição de energia elétrica:

- O contrato estabelece quais os serviços que o operador deve prestar e para quem (classe de consumidores) os serviços devem ser prestados;
- O contrato estabelece padrões de desempenho para prestação de serviço público, com relação à manutenção e à melhoria da qualidade no atendimento aos consumidores, e o operador tem como obrigação, na entrega da concessão, devolver a infraestrutura nas mesmas condições em que a recebeu na assinatura desses contratos. Para cumprir com essas obrigações, são realizados investimentos constantes durante todo o prazo da concessão. Portanto, os bens vinculados à concessão podem ser repostos, algumas vezes, até o final da concessão;
- Ao final da concessão os ativos vinculados à infraestrutura devem ser revertidos ao poder concedente mediante pagamento de uma indenização; e
- O preço é regulado através de mecanismo de tarifa estabelecido nos contratos de concessão com base em fórmula paramétrica (Parcelas A e B), bem como são definidas as modalidades de revisão tarifária, que deve ser suficiente para cobrir os custos, a amortização dos investimentos e a remuneração pelo capital investido.
- Com base nas características estabelecidas no contrato de concessão de geração e de distribuição de energia elétrica da Companhia, a Administração entende que estão atendidas as condições para a aplicação da Interpretação Técnica ICPC 01 (Contratos de Concessão), a qual fornece orientações sobre a contabilização de concessões de serviços públicos a operadores privados, de forma a refletir o negócio de distribuição elétrica, abrangendo:

- Parcela estimada dos investimentos realizados e não amortizados ou depreciada até o final da concessão classificada como um ativo financeiro por ser um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do poder concedente; e
- Parcela remanescente à determinação do ativo financeiro (valor residual) classificada como um ativo intangível em virtude de a sua recuperação estar condicionada à utilização do serviço público.

- A infraestrutura recebida ou construída da atividade de distribuição, que estava originalmente representada pelo ativo imobilizado e intangível da Companhia, será recuperada através de dois fluxos de caixa, a saber:
- Uma parte através do consumo de energia efetuada pelos consumidores (emissão do faturamento mensal da medição de energia consumida/vendida) durante o prazo da concessão; e
- Outra parte como indenização dos bens reversíveis no final do prazo da concessão, a ser recebida diretamente do Poder Concedente ou de quem ele delegar essa tarefa.

O ativo financeiro indenizável refere-se à parcela não amortizada até o final da concessão dos investimentos realizados em infraestrutura e em bens essenciais para a prestação do serviço público que estejam vinculados ao contrato de concessão.

No entendimento da Administração, há expectativa de receber ao término da concessão pelos investimentos não amortizados, o valor apurado com base na Base de Remuneração Regulatória - BRR. A Companhia considera as mudanças nos valores justos dos ativos que compõem a infraestrutura da concessão como alteração na expectativa dos fluxos de caixa estimados, de acordo com o CPC 48.

f) **Ativos intangíveis**

Compreende o direito de uso da infraestrutura, construída ou adquirida pelo operador ou fornecida para ser utilizada pela outorgante como parte do contrato de concessão do serviço público de energia elétrica e consequente direito de cobrar dos usuários do serviço público por ele prestado ao longo do prazo de concessão. Em consonância com o CPC 04 (Ativos Intangíveis), o ICPC 01 (R1) (Contratos de Concessão) e o OCPC 05 (Contratos de Concessão) os contratos de concessão tem vida útil finita e o ativo deverá ser completamente amortizado até o término da concessão, sendo este 07 de julho de 2045.

São avaliados ao custo de aquisição, incluindo capitalização de custos de empréstimos e remuneração das imobilizações em curso, deduzido da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável, quando aplicável.

g) **Ativos de contrato (Infraestrutura em construção)**

O ativo de contrato (infraestrutura em construção) é o direito à contraprestação em troca de bens ou serviços transferidos ao cliente. Conforme determinado pelo CPC 47- Receita de contrato com cliente, os bens vinculados à concessão em construção, registrados sob o escopo do ICPC 01 (R1) - Contratos da Concessão, devem ser classificados como ativo de contrato (infraestrutura em construção) pois a Companhia terá o direito de (i) cobrar pelos serviços prestados aos consumidores dos serviços públicos ou (ii) receber dinheiro ou outro ativo financeiro, pela reversão da infraestrutura do serviço público, apenas após a transferência dos bens em construção (ativo de contrato) para intangível da concessão.

h) **Imobilizado**

i) **Reconhecimento e mensuração**

São mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (impairment) acumuladas.

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria Companhia inclui:

- O custo de materiais e mão de obra direta, custos de desmontagem e de restauração do local onde estes ativos estão localizados e quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condição necessários para que sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração.
- Os ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado (apurados pela diferença entre os recursos advindos da alienação e o valor contábil do imobilizado), são reconhecidos em outras receitas/despesas operacionais no resultado.
- Os gastos com manutenção e reparos recorrentes são registrados no resultado.

ii) **Custos subsequentes**

Gastos subsequentes são capitalizados na medida em que seja provável que benefícios futuros associados com os gastos serão auferidos. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são registrados no resultado.

iii) **Depreciação**

Itens de ativo imobilizado são depreciados pelo método linear no resultado do exercício baseado na vida útil econômica estimada de cada componente. Terrenos não são depreciados.

Itens de ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que são instalados e estão disponíveis para uso, ou em caso de ativos construídos internamente, do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para utilização.

i) **Encargos regulatórios**

ii) **Contas de Desenvolvimento Energético (CDE)**

Tem o objetivo de promover o desenvolvimento energético dos estados e a competitividade da energia produzida a partir de fontes alternativas nas áreas atendidas pelos sistemas interligados, permitindo a universalização do serviço de energia elétrica. Os valores a serem pagos também são definidos pela ANEEL.

ii) **Programas de Eficiência Energética (PEE), Pesquisa e Desenvolvimento (P&D), Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT) e Empresa de Pesquisa Energética (EPE)**

São programas de reinvestimento exigidos pela ANEEL para as distribuidoras de energia elétrica, que estão obrigadas a destinar, anualmente, 1% de sua receita operacional líquida para aplicação nesses programas.

iii) **Taxa de Fiscalização do Serviço Público de Energia Elétrica (TFSEE)**

Os valores da taxa de fiscalização incidem sobre a distribuição de energia elétrica são diferenciados e proporcionais ao porte do serviço concedido, calculados anualmente pela ANEEL considerando o valor econômico agregado pelo concessionário.

iv) **Encargo do Serviço do Sistema (ESS)**

Representa o custo incorrido para manter a confiabilidade e a estabilidade do Sistema Interligado Nacional para o atendimento do consumo de energia elétrica no Brasil. Esse custo é apurado mensalmente pela CCEE e é pago pelos agentes da categoria de consumo aos agentes de geração.

v) **Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos (CFURH)**

A Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos (CFURH) é um percentual que as concessionárias e empresas autorizadas a produzir energia por geração hidrelétrica pagam pela utilização de recursos hídricos, calculados pelo valor da energia produzida.

vi) **Conta Centralizadora dos Recursos de Bandeiras Tarifárias (Conta Bandeiras)**

Foi criada pelo Decreto nº 8.401/2015 e tem como finalidade administrar os recursos decorrentes da aplicação das bandeiras tarifárias instituídas pela ANEEL. Os recursos provenientes da aplicação das bandeiras tarifárias pelas distribuidoras são revertidos à Conta Bandeiras e os recursos disponíveis na Conta são repassados aos agentes de distribuição, considerados os valores realizados dos custos de geração por fonte termelétrica e de exposição aos preços de liquidação no mercado de curto prazo, e a cobertura tarifária vigente.

A Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE é responsável pela criação e manutenção da Conta Bandeiras, cuja regulamentação foi realizada pela ANEEL por meio do Submódulo 6.8 dos Procedimentos de Regulação Tarifária - PRORET.

j) **Benefício a empregados**

i) **Planos de contribuição definida**

Um plano de contribuição definida é um plano de benefícios pós-emprego sob o qual uma entidade paga contribuições fixas para uma entidade separada (fundo de previdência) e não tem nenhuma obrigação legal ou construtiva de pagar valores adicionais. As obrigações por contribuições aos planos de pensão de contribuição definida são reconhecidas como despesas de benefícios a empregados no resultado nos exercícios durante os quais serviços são prestados pelos empregados. Contribuições pagas antecipadamente são reconhecidas como um ativo mediante a condição de que haja o ressarcimento de caixa ou a redução em futuros pagamentos estejam disponíveis. As contribuições para um plano de contribuição definida cujo vencimento é esperado para 12 meses após o final do período no qual o empregado presta o serviço são descontadas aos seus valores presentes.

A Companhia reconhece todas as despesas com os planos de contribuição definida no resultado como despesa com pessoal.

ii) **Planos de benefício definido**

Um plano de benefício definido é um plano de benefício pós-emprego que não um plano de contribuição definida. A obrigação líquida da Companhia quanto aos planos de pensão de benefício definido é calculada individualmente para cada plano através da estimativa do valor do benefício futuro que os empregados auferiram como retorno pelos serviços prestados no período atual e em períodos anteriores; aquele benefício é descontado ao seu valor presente. Quaisquer custos de serviços passados não reconhecidos e os valores justos de quaisquer ativos do plano são deduzidos. A taxa de desconto é o rendimento na data de apresentação das demonstrações financeiras para os títulos de dívida de primeira linha e cujas datas de vencimento se aproxime das condições das obrigações da Companhia e que sejam denominadas na mesma moeda na qual os benefícios têm expectativa de serem pagos.			
O cálculo é realizado anualmente por um atuariário qualificado através do método de crédito unitário projetado. Quando o cálculo resulta em um benefício para a Companhia, o ativo a ser reconhecido é limitado ao total de quaisquer custos de serviços passados não reconhecidos e o valor presente dos benefícios econômicos disponíveis na forma de reembolsos futuros do plano ou redução nas futuras contribuições ao plano. Para calcular o valor presente dos benefícios econômicos, consideração é dada para quaisquer exigências de custeio mínimas que se aplicam a qualquer plano na Companhia. Um benefício econômico está disponível a Companhia se ele for realizável durante a vida do plano, ou na liquidação dos passivos do plano. Quando os benefícios de um plano são incrementados, a porção do benefício aumentado relacionado ao serviço passado dos empregados devem ser reconhecidos no resultado pelo método linear ao longo do período médio até que os benefícios se tornem direito adquirido (<i>vested</i>). Na medida em que os benefícios se tornem direito adquirido imediatamente, a despesa deve ser reconhecida imediatamente no resultado.			
Em 31 de dezembro de 2023, e exercícios anteriores a 2023, a Companhia incorreu em um superávit do plano de benefício definido, conforme demonstrado na Nota Explicativa 11.			
k) <u>Provisões</u>			
<i>Geral</i>			
Provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado. É provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação, e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. Quando a Companhia espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, por exemplo por força de um contrato de seguro, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso.			
Se o efeito do valor temporal do dinheiro for significativo, as provisões são descontadas utilizando uma taxa corrente antes dos tributos que reflete, quando adequado, os riscos específicos ao passivo. Quando for adotado desconto, o aumento na provisão devido à passagem do tempo é reconhecido como custo de financiamento.			
<i>Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas</i>			
A Companhia é parte de diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.			
l) <u>Imposto de renda e contribuição social</u>			
O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e considerando a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.			
A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios, ou itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.			
<i>Imposto corrente</i>			
É o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro tributável ou prejuízo do exercício, com base nas taxas de impostos decretados ou substantivamente decretados na data de apresentação das demonstrações financeiras e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores.			
<i>Imposto diferido</i>			
É reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação.			
A Administração não reconhece o imposto de renda e contribuição social diferidos sobre as diferenças temporárias quando há incertezas significativas na estimativa dos lucros tributáveis futuros na época em que as provisões, que geram tais diferenças temporárias, sejam efetivamente incorridas.			
m) <u>Operações de compra e venda de energia elétrica na câmara de comercialização de energia elétrica (“CCEE”)</u>			
Os registros das operações de compra e venda de energia na CCEE estão reconhecidos pelo regime de competência de acordo informações divulgadas por aquela entidade ou por estimativa da Administração, quando as informações disponibilizadas pela CCEE não estão disponíveis.			
n) <u>Reconhecimento da receita</u>			
A receita pode ser originada de um contrato com cliente ou outros tipos de receita, incluindo somente os ingressos de benefícios econômicos recebidos e a receber pela Companhia. O reconhecimento da receita originada de um contrato com cliente ocorre após o cumprimento da obrigação de desempenho e transferência dos bens e serviços para o consumidor, refletindo a contraprestação que a Companhia espera ter direito em troca desses bens ou serviços. Uma receita não é reconhecida se houver uma incerteza significativa sobre a sua realização.			
A receita de fornecimento de energia elétrica estão suportados pelos contratos de adesão (consumidores de baixa renda) e contratos de compra de energia regulada para consumidores de média e alta tensão. A medição é realizada conforme calendário de leitura estabelecido pela Companhia e o cumprimento da obrigação de desempenho se dá através da entrega de energia elétrica, ocorrida em um determinado período. O faturamento dos serviços de distribuição de energia elétrica é, portanto, efetuado de acordo com esse calendário, sendo a receita registrada pelo valor justo da contraprestação a ser recebida no momento em que as faturas são emitidas, utilizando as tarifas de energia homologadas pela ANEEL. Com a finalidade de adequar o consumo ao período de competência, os serviços prestados entre a data da leitura e o encerramento de cada mês são registrados através de estimativa.			
A receita pela disponibilização da infraestrutura da rede elétrica de distribuição a seus clientes (livres e cativos) e o valor justo da contraprestação é calculada conforme tarifa de uso do sistema (TUSD), a qual é definida pela ANEEL. Essa receita é constituída pela compensação dos custos relativos ao uso do sistema de distribuição que estão inseridos na TUSD. Tal receita é registrada de forma líquida das compensações pagas aos consumidores, relativas aos indicadores de continuidade individuais DIC, FIC, DMIC e DICRI. Esses indicadores refletem a qualidade da infraestrutura da rede de energia elétrica da distribuição prestada aos clientes (livre e cativo). Indicam a duração e frequência da interrupção de energia, assim como a duração máxima (tolerância) que o consumidor pode ter de fornecimento de energia interrompido. Quando esses indicadores ultrapassam as metas estabelecidas pela ANEEL, os consumidores recebem uma compensação financeira na fatura de energia, caracterizando uma contraprestação variável. A Companhia efetua o ressarcimento ao cliente, através de crédito na fatura, em até dois meses após a ocorrência. Os valores DIC, FIC, DMIC e DICRI, estão sendo contabilizados como um redutor da receita de TUSD, conforme pronunciamento CPC 47/ IFRS 15 Receita de Contratos com clientes. (nota 21).			
A energia elétrica de curto prazo é reconhecida pelo valor justo da contraprestação, de acordo com o montante de energia não distribuída no mês e comercializada no âmbito da CCEE. A energia contratada e não distribuída pela Companhia é vendida pelo Preço de Liquidação das Diferenças (PLD).			
As receitas com contratos de construção são registradas pelas entidades abrangidas dentro do escopo do ICPC 01 (R1) - Contratos de concessão, devendo registrar a construção ou melhoria da infraestrutura da concessão de acordo com o CPC 47 - Receita de Contratos com Clientes. Os custos de construção da infraestrutura efetuados pela Companhia são confiavelmente mensurados. Portanto, as receitas e as despesas correspondentes a esses serviços de construção são reconhecidas na medida em que são incorridas, uma vez que a Companhia possui o direito executável pela obrigação de desempenho concluída até a data do balanço. A perda esperada nos contratos de construção é reconhecida imediatamente como despesa. A Companhia possui o direito incondicional de receber dinheiro ou outro ativo financeiro do Poder Concedente, a título de indenização pela reversão da infraestrutura do serviço público. Entretanto, considerando que o modelo regulatório vigente, não prevê remuneração específica para a construção ou melhoria da infraestrutura da concessão, que as construções e melhorias são substancialmente executadas através de serviços especializados de terceiros, e que toda receita de construção está relacionada à construção de infraestrutura dos serviços de distribuição de energia elétrica, Administração da Companhia decidiu registrar a receita de contratos de construção com margem de lucro zero.			
As subvenções vinculadas <i>ao serviço</i> concedido são reconhecidas em decorrência dos subsídios incidentes nas tarifas aplicáveis aos usuários do serviço público de distribuição de energia elétrica, incluindo subsídios de baixa renda, que são reembolsados pela CDE.			
Os ativos e passivos financeiros setoriais originam das diferenças apuradas de itens da Parcela A e outros componentes financeiros em cada período contábil e devem ter como contrapartida a adequada rubrica de receita de venda de bens e serviços, no resultado do exercício - nota explicativa nº 6.			
Os impostos sobre as vendas referem-se as receitas de vendas que estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições:			
· Programa de Integração Social (PIS) - 1,65% para a venda de energia elétrica e sobre as prestações de serviços. A Companhia possui regime especial junto à Receita Federal para tributação de 0,65% para a venda de energia de curto prazo na CCEE;			
· Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS) - 7,6% para a venda de energia elétrica e sobre as prestações de serviços. A Companhia possui regime especial junto à Receita Federal para tributação de 3% para a venda de energia de curto prazo na CCEE;			
· Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - O ICMS é de competência dos Estados e do Distrito Federal. A DME Distribuição tem como obrigação realizar a cobrança do ICMS diretamente nas contas de energia e repassar os valores recolhidos integralmente ao governo do estado de Minas Gerais.			
A alíquota aplicada é de 18%, com exceção para:			
Instituições públicas de ensino superior e hospitais públicos universitários mantidos por instituições federais e estaduais de ensino superior credenciadas cuja alíquota é de 6%.			
Consumidores rurais classificados como irrigantes (classe/subclasse 04-05) com alíquota de 12% para utilização no período diurno e de 7% para utilização no período noturno.			
São isentas da cobrança do ICMS, as unidades consumidoras classificadas nas subclasses Residencial Baixa Renda, assim definidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, que sejam beneficiárias da Tarifa Social de Energia Elétrica – TSEE e cujo faturamento mensal corresponda ao consumo médio de até 3kwh (três quilowatts/hora) por dia.			
São isentos os templos de qualquer culto religioso, que permitam acesso público, relativamente à parte destinada à realização das cerimônias religiosas, desde que o imóvel seja de propriedade da entidade mantenedora do templo ou esteja formalmente na sua posse direta. Durante a vigência do Decreto nº 48.482/22, no período de 23/06/2022 à 09/02/2023 não houve a incidência do ICMS sobre a parcela do valor relativo aos serviços de transmissão, serviços de distribuição e encargos setoriais (TUSD/TUST). O referido Decreto foi revogado mediante publicação em 11/02/2023 do Decreto nº 48.572/23 por decisão do Supremo Tribunal Federal – STF na Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 7.195/DF, que suspendeu os efeitos do inciso X do art. 3º da lei Complementar Federal nº 87/96, com redação dada pela Lei complementar Federal nº 194/22.			
A receita relativa a serviços de construção ou melhoria da infraestrutura utilizada na prestação dos serviços de distribuição de energia elétrica ao longo do tempo. A margem de construção adotada é estabelecida como sendo muito próximas a zero.			
A receita financeira está relacionada com as aplicações financeiras e remuneração do capital próprio para investimentos registrados em imobilizações em curso. A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido, usando o método de taxa efetiva de juros.			
o) <u>Distribuição de dividendos</u>			
De acordo com a legislação brasileira, a Companhia é requerida a distribuir com dividendo anual mínimo obrigatório 25% do lucro líquido ajustado. De acordo com as práticas contábeis, CPC 24 e ICPC 08 (R1), apenas o dividendo mínimo obrigatório pode ser provisionado.			
p) <u>Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2023</u>			
O Grupo aplicou pela primeira vez certas normas e alterações, que são válidas para períodos anuais iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2023 (exceto quando indicado de outra forma). O Grupo decidiu não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas ainda não estejam vigentes.			
<u>O IFRS 17 (equivalente ao CPC 50 Contratos de Seguro)</u>			
É uma nova norma de contabilidade com alcance para contratos de seguro, abrangendo o reconhecimento e mensuração, apresentação e divulgação. O IFRS 17 (CPC 50) substitui o IFRS 4 - Contratos de Seguro (equivalente ao CPC 11). O IFRS 17 (CPC 50) se aplica a todos os tipos de contratos de seguro (como de vida, ramos elementares, seguro direto e resseguro), independentemente do tipo de entidades que os emitem, bem como a certas garantias e instrumentos financeiros com características de participação discricionária; algumas exceções de escopo se aplicarão. O objetivo geral do IFRS 17 (CPC 50) é fornecer um modelo de contabilidade abrangente para contratos de seguro que seja mais útil e consistente para seguradoras, cobrindo todos os aspectos contábeis relevantes. O IFRS 17 (CPC 50) é baseado em um modelo geral, complementado por:			
Uma adaptação específica para contratos com características de participação direta (a abordagem de taxa variável);			
Uma abordagem simplificada (a abordagem de alocação de prêmios) principalmente para contratos de curta duração.			
A nova norma não teve impacto nas demonstrações financeiras da Companhia.			
<u>Definição de Estimativas Contábeis - Alterações ao IAS 8</u>			
As alterações ao IAS 8 (equivalente ao CPC 23 - políticas contábeis, mudança de estimativa e retificação de erro) esclarecem a distinção entre mudanças em estimativas contábeis, mudanças em políticas contábeis e correção de erros. Elas também esclarecem como as entidades utilizam técnicas de mensuração e inputs para desenvolver estimativas contábeis.			
As alterações não tiveram impacto nas demonstrações financeiras da Companhia.			
<u>Divulgação de Políticas Contábeis - Alterações ao IAS 1 e IFRS Practice Statement 2</u>			
As alterações ao IAS 1 (equivalente ao CPC 26 (R1) – Apresentação das demonstrações contábeis) e o IFRS Practice Statement 2 fornecem orientação e exemplos para ajudar as entidades a aplicar julgamentos de materialidade às divulgações de políticas contábeis. As alterações visam ajudar as entidades a fornecer divulgações de políticas contábeis mais úteis, substituindo o requisito para as entidades divulgarem suas políticas contábeis “significativas” por um requisito para divulgar suas políticas contábeis “materiais” e adicionando orientação sobre como as entidades aplicam o conceito de materialidade ao tomar decisões sobre divulgações de políticas contábeis.			
As alterações tiveram impacto nas divulgações de políticas contábeis da Companhia, mas não na mensuração, reconhecimento ou apresentação de itens nas demonstrações financeiras da Companhia.			
<u>Imposto Diferido relacionado a Ativos e Passivos originados de uma Simples Transação</u>			
<u>- Alterações ao IAS 12</u>			
As alterações ao IAS 12 Income Tax (equivalente ao CPC 32 – Tributos sobre o lucro) estreitam o escopo da exceção de reconhecimento inicial, de modo que ela não se aplique mais a transações que gerem diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis iguais, como arrendamentos e passivos de desativação.			
As alterações não tiveram impacto nas demonstrações financeiras da Companhia.			
<u>Reforma Tributária Internacional – Regras do Modelo do Pilar Dois - Alterações ao IAS 12</u>			
As alterações ao IAS 12 (equivalente ao CPC 32 – Tributos sobre o lucro) foram introduzidas em resposta às regras do Pilar Dois da OCDE sobre BEPS e incluem:			
· Uma exceção temporária obrigatória ao reconhecimento e divulgação de impostos diferidos decorrentes da implementação jurisdicional das regras do modelo do Pilar Dois; e			
· Requisitos de divulgação para entidades afetadas, a fim de ajudar os usuários das demonstrações financeiras a compreender melhor a exposição de uma entidade aos impostos sobre a renda do Pilar Dois decorrentes dessa legislação, especialmente antes da data efetiva.			
A exceção temporária obrigatória - cujo uso deve ser divulgado - entra em vigor imediatamente.			
Os demais requisitos de divulgação se aplicam aos períodos de relatório anuais que se iniciam em ou após 1º de janeiro de 2023, mas não para nenhum período intermediário que termine em ou antes de 31 de dezembro de 2023.			
As alterações não tiveram impacto nas demonstrações financeiras da Companhia, pois a Companhia não está sujeita às regras do modelo do Pilar Dois, uma vez que sua receita é inferior a 750 milhões de euros por ano.			
p) <u>Novas normas emitidas, mas não vigentes</u>			
As seguintes normas foram alteradas, no entanto, não se espera impactos significativos nas demonstrações financeiras da Companhia:			
Alterações ao IFRS 16: Passivo de Locação em um Sale and Leaseback (Transação de venda e retroarrendamento);			
Alterações ao IAS 1: Classificação de Passivos como Circulante ou Não-Circulante			
Acordos de financiamento de fornecedores - Alterações ao IAS 7 e IFRS 7.			
4. Caixa e equivalentes de caixa			
	31/12/2023	31/12/2022	
Caixa e depósitos bancários à vista	811	494	
Numerários em trânsito	697	419	
Aplicações financeiras	102.891	75.124	
	104.399	76.037	
Incluem saldos de caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras com liquidez imediata, os quais são registrados pelos valores de custo acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços pelo critério pro rata, que equivalem aos seus valores de mercado.			
As aplicações financeiras correspondem a operações de curto prazo, com baixo risco de perda de valor em caso de resgate antecipado, realizadas com instituições que operam no mercado financeiro nacional, tendo como características liquidez diária, baixo risco de crédito e remuneração equivalente, na média, a 98% do Certificado de Depósito Bancário (CDB/CDI).			
5. Consumidores, concessionárias e permissionárias			
	31/12/2023	31/12/2022	
Consumidores faturados	27.414	21.967	
Consumidores – Parcelamentos	4.494	4.270	

Concessionárias e Permissionárias (CCEE/DMEE)	2.677	2.639
Outros créditos	590	540
	35.175	29.416
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa		
	(7.632)	(7.216)
Subtotal	27.543	22.200
Fornecimento não faturado		
	15.128	12.983
	42.671	35.183

Em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022, a abertura das contas a receber por idade de vencimento, era como segue:
5.1. Provisão para créditos de liquidação duvidosa
Os saldos vencidos e a vencer relativos ao fornecimento faturado de energia elétrica e ao parcelamento de débitos estão distribuídos da seguinte forma:

	Contas a receber de consumidores, concessionárias e permissionárias			Provisão para crédito de liquidação duvidosa		Contas a receber, líquidos	
	Vincendos	Vencidos até	Vencidos há	Total	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023
		90 dias	mais de 90 dias				
Residencial	12.000	278	5.003	17.281	(5.003)	(4.949)	12.278
Microgeração	(216)	-	-	(216)	-	(216)	-
(Perda Esperada)	(342)	-	-	(342)	-	-	(342)
Acréscimos moratórios	559	-	-	559	-	-	559
	12.001	278	5.003	17.282	(5.003)	(4.949)	12.279
Industrial	417	3	127	547	(90)	(86)	457
Microgeração	(19)	-	-	(19)	-	-	(19)
(Perda Esperada)	(11)	-	-	(11)	-	-	(11)
Acréscimos moratórios	39	-	-	39	-	-	39
	426	3	127	556	(90)	(86)	466
Comércio, serviço e outras	3.363	72	814	4.249	(691)	(681)	3.558
Microgeração	(184)	-	-	(184)	-	-	(184)
(Perda Esperada)	(135)	-	-	(135)	-	-	(135)
Acréscimos moratórios	100	-	-	100	-	-	100
	3.144	72	814	4.030	(691)	(681)	3.339
Rural	310	4	25	339	(18)	(15)	321
Microgeração	(19)	-	-	(19)	-	-	(19)
(Perda Esperada)	(7)	-	-	(7)	-	-	(7)
Acréscimos moratórios	8	-	-	8	-	-	8
	292	4	25	321	(18)	(15)	303
Poder público	252	-	3	255	(3)	6	252
Microgeração	(6)	-	-	(6)	-	-	(6)
(Perda Esperada)	(1)	-	-	(1)	-	-	(1)
Acréscimos moratórios	1	-	-	1	-	-	1
	246	-	3	249	(3)	6	246
Iluminação pública	2	-	-	2	-	-	2
	2	-	-	2	-	-	2
Serviço publico	844	-	-	844	-	-	844
	844	-	-	844	-	-	844
Subtotal consumidores	16.955	357	5.972	23.284	(5.805)	(5.725)	17.479
Clientes de Energia	-	-	651	651	(651)	(263)	-
Comercialização na CCEE:							
Concessionárias/permisso nárias	2.026	-	-	2.026	-	-	2.026
Subtotal consumidores Concessionárias e permissionárias	18.981	357	6.623	25.961	(6.456)	(5.988)	19.505
Consumidores livres	4.131	-	-	4.131	-	-	4.131
Parcelamentos a consumidores	256	2.594	1.600	4.450	(1.010)	(1.035)	3.440
Acrescimo moratório parcelamentos	-	44	-	44	-	-	44
Outras contas a receber de consum.	423	-	166	589	(166)	(193)	423
Total contas a receber	23.791	2.995	8.389	35.175	(7.632)	(7.216)	27.543

Ativos e passivos financeiros setoriais						
Conta de compensação de variação de valores de itens da “Parcela A” (CVA) e outros componentes financeiros						
A partir de 10 de dezembro de 2014, quando foi assinado o Quinto Termo Aditivo ao Contrato de Concessão para Prestação do Serviço Público de Energia Elétrica nº 049/1999 - ANEEL, a DMED passou a reconhecer o saldo da Conta de Compensação de Variação de Valores de Itens da “Parcela A” (CVA) e de outros componentes financeiros.						
A CVA trata de valores realizados, uma vez que é responsável por registrar as variações positivas e negativas entre a estimativa de custos não gerenciáveis da Companhia e os pagamentos efetivamente ocorridos entre os processos tarifários anuais. As variações apuradas são atualizadas monetariamente com base na taxa SELIC e compensadas nos reajustes tarifários subsequentes.						
Seguem abaixo os saldos desses ativos e passivos financeiros:						
Valores a receber de Parcela A e outros itens financeiros	Valores em Amortização	Valores em constituição	Saldo em 31/12/2023	Valores em amortização	Valores em constituição	Saldo em 31/12/2022
CVA Ativa - Parcela A receber	7.078	3.585	10.663	14.192	6.641	20.833
Aquisição de energia - (CVA energia)	2.123	2.127	4.250	125	2.767	2.892
Proínea	233	-	233	2.579	-	2.579
Transporte rede básica	2.103	762	2.865	1.290	909	2.199
Transporte de energia – Itaipu	407	178	585	193	136	329
Encargo energia do sistema - ESS	3	12	15	33	134	167
Conta de desenv. energético - CDE	2.178	505	2.683	9.950	2.695	12.645
CFURH	31	1	32	22	-	22
Outros itens financeiros a receber	13.657	4.317	17.974	31.223	5.217	36.440
Neutralidade da parcela A	3.860	1.357	5.217	130	3.009	3.139
Sobrecontratação de energia	9.797	1.814	11.611	18.351	2.208	20.559
Bandeiras tarifárias	-	1.146	1.146	12.723	-	12.723
Bônus Redução Voluntária de Consumo/Escassez Hídrica	-	-	-	19	-	19
Valores a receber de Parcela A e outros itens financeiros	20.735	7.902	28.637	45.415	11.858	57.273
Ativo circulante	20.735	7.902	28.637	45.415	11.858	57.273
Outros Itens financeiros a receber	-	11.115	11.115	-	11.115	11.115
Sobrecontratação de energia	-	11.115	11.115	-	11.115	11.115
Valores a receber de Parcela A e outros itens financeiros	-	11.115	11.115	-	11.115	11.115
Ativo não circulante	-	11.115	11.115	-	11.115	11.115
Valores a devolver de Parcela A e outros itens financeiros	Valores em amortização	Valores em constituição	Saldo em 31/12/2023	Valores em amortização	Valores em constituição	Saldo em 31/12/2022
CVA Passiva - Parcela A devolver	(5.251)	(3.234)	(8.485)	(8.204)	(10.252)	(18.456)
Aquisição de energia - (CVA energia)	(3.939)	(2.446)	(6.385)	(7.717)	(5.781)	(13.498)
Proínea	(916)	(139)	(1.055)	(15)	(79)	(94)
Transporte rede básica	(22)	-	(22)	(27)	-	(27)
Transporte de energia – Itaipu	-	-	-	-	-	-
Encargo de energia de sistema – ESS	(201)	-	(201)	(435)	-	(435)
Conta de desenv. energético - CDE	-	(649)	(649)	(10)	(4.390)	(4.400)
CFURH	(173)	-	(173)	-	(2)	(2)
Outros itens financeiros a devolver	(1.638)	(33.627)	(35.265)	(1.810)	(17.437)	(19.247)
Neutralidade da parcela A	(1.638)	(7)	(1.645)	(1.369)	(1.008)	(2.377)
Sobrecontratação de energia	-	(28.572)	(28.572)	(441)	(12.455)	(12.896)
Recetta de ultrapassagem de demanda e excedentes de reativos	-	(4.963)	(4.963)	-	(3.870)	(3.870)
Bandeiras tarifárias	-	(85)	(85)	-	(104)	(104)
Valores a devolver de Parcela A e outros itens financeiros	(6.889)	(36.861)	(43.750)	(10.014)	(27.689)	(37.703)
Outros itens financeiros a devolver	-	(4.007)	(4.007)	-	(4.007)	(4.007)
Sobrecontratação de energia	-	(4.007)	(4.007)	-	(4.007)	(4.007)
Valores a devolver de Parcela A e outros itens financeiros	-	(4.007)	(4.007)	-	(4.007)	(4.007)

6.4. Sobrecontratação de energia Refere-se aos custos adicionais com exposição no mercado de curto prazo, diferenças de preços entre submercados e liquidação das sobras de energia, tendo em vista, que a distribuidora deve garantir, por meio de contratos de energia regulados, o atendimento de 100% do seu mercado. Sendo assim, contratações superiores ou inferiores a este referencial implicam na apuração, pela ANEEL, com aplicação nos processos de reajustes e revisões tarifárias, dos custos de repasse de aquisição do montante de sobrecontratação, limitado a 5% em relação à carga anual regulatória de fornecimento da distribuidora e do custo da energia referente à exposição ao mercado de curto prazo.					
6.5. Receita de ultrapassagem de demanda e excedente de reativos Conforme estabelecido no procedimento de regulação tarifária (“PRORET”), submódulo 2.7 Outras Receitas, aprovado pela Resolução Normativa ANEEL nº 463, de 22 de novembro de 2011, foi definido que as receitas auferidas com ultrapassagem de demanda e excedente de reativos, da data contratual de revisão tarifária referente ao 3º ciclo de revisão periódica, devem ser contabilizados como obrigações especiais, em subconta específica e serão amortizados a partir da próxima revisão tarifária. A partir do 4º ciclo de revisão tarifária periódica da Companhia, sendo este maio/2015, essa obrigação especial passou a ser amortizada, e os novos valores decorrentes de ultrapassagem de demanda e excedente de reativos passaram a ser apropriados em passivos financeiros setoriais, atualizados pela Selic, os quais foram considerados como redutores da Parcela B e passaram a ser amortizados pela Companhia a partir da homologação do 5º Ciclo de Revisão Tarifária, ocorrido em novembro de 2020, em observação ao submódulo 2.1 A Procedimentos Gerais do PRORET.					
7. Cauções e depósitos vinculados					
	31/12/2023	31/12/2022			
INSS - depósito judicial (a)	14.501	13.886			
Depósito judicial - cível (b)	7.436	6.891			
Depósito judicial - ANEEL/CCEE (c)	3.004	2.948			
Depósitos judiciais - outros (d)	161	141			
ICMS - depósito judicial (e)	14	13			
	25.116	23.879			
(a) INSS Depósito Judicial: Refere-se a ação anulatória de débito fiscal, a qual a companhia foi autuada pela exigência de débito proveniente de contribuições previdenciárias devida a terceiros durante o período de abril de 2004 a setembro de 2008.					
(b) Depósito judicial realizado para garantia do cumprimento de sentença nº 5005439-38.2018.8.13.0518, referente a liquidação do valor da condenação da companhia por lucros cessantes nos autos da Ação Ordinária de Indenização nº 0518.09.166650-4, ajuizada em 01/04/2009, em face da DMED, e em tramite perante a 2ª Vara Cível de Poços de Caldas-MG, relativa a imóvel localizado nas imediações da Represa Saturnino de Brito, matrícula 7.050 junto ao Cartório local, e cumprimento de sentença nº 5005442-90.2018.8.13.0518, referente aos honorários de sucumbência sobre o valor dos lucros cessantes.					
(c) ANEEL/CCEE: Termo de Notificação da CCEE e Auto de Infração decorrente deste, referente ao não reconhecimento do montante de 6,31 MW médios ou 10.733,392 MWh de exposição involuntária da DMED do período de janeiro a dezembro de 2013.					
(d) Depósitos Judiciais - outros refere-se a depósitos recursas de ações trabalhistas.					
(e) ICMS - Depósito judicial: Decorrente do aproveitamento de crédito do ativo imobilizado da DMED, considerado indevido pela Receita Estadual de Minas Gerais. Em 2018 foi protocolada petição da DME em conjunto com o Estado de Minas Gerais informando adesão ao REGULARIZE e requerendo cálculo de custas judiciais para pagamento e posterior extinção do feito. Em setembro de 2018 fora exarada sentença extinguindo a execução fiscal, e intimando a Executada ao pagamento de custas atualizadas. Em outubro de 2018 foi protocolada petição de juntada de comprovante de pagamento das custas finais, além de requerer a expedição de alvará judicial afim de levantar os valores depositados judicialmente. Em 2019, o recurso depositado judicialmente retornou ao caixa da companhia, restando apenas R\$14 a ser resgatado.					
A movimentação dos depósitos judiciais está demonstrada a seguir:					
	31/12/2022	Adições	Atualização	Resgates	31/12/2023
	23.879	25	1.953	(741)	25.116
8. Tributos compensáveis					
	31/12/2023	31/12/2022			
Repetição de indébito tributário PIS e COFINS (1)	28.904	26.223			
Pis e Cofins a compensar	9.861	10.694			
IRPJ a compensar	4.055	2.399			
ICMS – Recuperação de crédito longo prazo	1.983	76			
ICMS – Recuperação de crédito	966	1.917			
Provisão IRRF s/ aplicações financeiras	1.326	971			
CSLL a compensar	1.308	802			
Outros	-	1			
	48.403	43.083			
Circulante	11.258	6.205			
Não circulante	37.145	36.878			
(1) A DMED impetrou mandado de segurança em face da União, em 14/10/2020, sendo concedida a segurança através da sentença prolatada em 12/03/2021, para determinar à autoridade coatora que se abstenha de incluir o ICMS na base de cálculo das exações do PIS e da COFINS, sobre a qual foi interposto o recurso de apelação pela União, que se encontra pendente de julgamento pelo Tribunal Regional Federal da 1ª Região. A Companhia, fez o levantamento dos valores pagos indevidamente no período de 03/2017 a 08/2021 para pleitear seu respectivo ressarcimento. Com o apoio e laudo preparado por seus assessores, e de acordo com a modulação do STF a Companhia registrou o montante de R\$ 28.904 na rubrica de tributos a recuperar no balanço para compensar com tributos correntes administrados pela Receita Federal do Brasil em períodos futuros. O valor principal dos créditos de R\$ 21.532 foi reconhecido como outras receitas operacionais durante o exercício de 2021 e o valor da atualização monetária de R\$2.681 (R\$ 2.450 em 2022) foi reconhecido na rubrica de receita financeira na demonstração do resultado do exercício. Durante o exercício de 2022, o processo nº 1001997-03.2020.4.01.3826 teve Sentença de primeiro grau favorável à DMED a qual concedeu a segurança pleiteada resolvendo o mérito, nos termos do art. 487, inciso I, do Código de Processo Civil, determinando à autoridade coatora que se abstenha de incluir o ICMS na base de cálculo das exações do PIS e da COFINS e ainda declarou o direito da impetrante de compensar os valores indevidamente recolhidos nos cinco anos que precederam ao ajuizamento da ação. A Compensação é condicionada ao transitio em julgado da sentença, na forma do art. 170-A do CTN. Sobre os valores recolhidos indevidamente no quinquídio anterior a propositura da ação incidirá a taxa SELIC a partir de cada pagamento indevido, sem a cumulação com qualquer outro índice, seja de correção monetária ou de juros. A compensação (procedimento e débito passíveis de compensação) far-se-á de acordo com a regulamentação administrativa vigente ao tempo de sua efetivação. A União apresentou recurso de apelação sendo que em 08/2023 foi proferida a decisão do referido Processo e está em consonância com a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça e ao entendimento do Supremo Tribunal Federal quanto a exclusão do ICMS da base de cálculo para incidência do PIS e da COFINS e a modulação de efeitos proposta pela Corte Suprema no julgamento do RE 574.706, onde restou definido que, para as ações que visassem discutir a restituição de tais valores protocoladas após 15 de março de 2017, aplica –se a referida modulação, possibilitando a discussão de valores apenas ao período posterior a esta data, não havendo fundamento hábil a combater a decisão proferida no Processo de nº 1001997-03.2020.4.01.3826 a ensejar êxito em outras instancias recursais. Com isso, a companhia aguarda a homologação e habilitação relativo ao crédito junto a Receita Federal do Brasil.					
9. Outros créditos					
	31/12/2023	31/12/2022			
Serviços prestados a terceiros	22	11			
Adiantamento a empregados	217	179			
Diferença mensal da receita - baixa renda	298	298			
Títulos de crédito a receber	1.758	793			
Desativações em curso	800	906			
Consumidores - Outros	1.342	1.127			
Indenização complementar - MP 579/2012	9.038	9.038			
(-) Provisão para perdas de Consumidores - Outros	(1.883)	(1.011)			
	11.592	11.341			
Circulante	2.554	2.303			
Não circulante	9.038	9.038			
Indenização Complementar - MP 579/2012 Motivada por discussões de toda a comunidade do setor elétrico, a ANEEL aprovou em, 19 de dezembro de 2013, a Resolução Normativa nº 596/2013, esclarecendo assim o reconhecimento, para fins de indenização, os investimentos complementares àqueles ao Projeto Básico, das Usinas que tiveram seus contratos renovados antecipadamente a partir de 31 de dezembro de 2012, cujas concessões venceriam até 2015. Com a publicação da citada Resolução, as concessionárias encontraram suporte regulatório para requerer indenização complementar nos casos de acréscimos de escopo em relação ao Projeto Básico e para os investimentos realizados após a entrada em operação da última unidade geradora. Essas reinvidicações estão sujeitas à análise e validação da ANEEL, conforme consta na própria Resolução Normativa ANEEL nº 596/2013 e Lei nº 12.783/2013 (MP 579/2012). Com suporte regulatório, a DMED realizou um estudo para verificar a existência de valor de indenização complementar para os bens reversíveis e ainda não depreciados ou amortizados, o qual foi identificado o montante de R\$10.224, representando assim o valor de indenização complementar sobre os investimentos em bens reversíveis da Usina Pedro Afonso Junqueira - UHE Antas I. Em 13 de julho de 2021, a Agência Nacional de Energia Elétrica publicou a Resolução Normativa nº 942/2021, a qual alterou a Resolução Normativa nº 596/2013, estabelecendo nova forma de definição do Valor Novo de Reposição – VNR para cálculo da parcela dos investimentos vinculados a bens reversíveis, ainda não amortizados ou não depreciados, de aproveitamentos hidrelétricos, cujas concessões foram prorrogadas ou não, nos termos da Lei nº 12.783/2013, conforme estabelecido no art. 2º do Decreto nº 7.850/2012. Neste contexto, fez-se necessário que a DMED apresentasse à ANEEL relatório de avaliação, nos termos do Anexo I e II da RN 942, Manual de Contabilidade do Setor Elétrico – MCSE e do Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrico – MCPSE, referente aos investimentos realizados em bens reversíveis da UHE Antas I, ainda não amortizados ou não depreciados até 31/12/2012, e não indenizados pelo Poder Concedente. O novo laudo com o pleito para indenização complementar foi elaborado por empresa especializada credenciada na ANEEL, cujo montante, correspondente a consolidação dos saldos passíveis de indenização, perfazem o valor de R\$9.038 e representa o novo valor de indenização complementar, sobre os investimentos em bens reversíveis da UHE Antas I, em consonância com a Resolução Normativa ANEEL nº 942/2021, o qual foi encaminhado a ANEEL em julho/2022, e encontra-se em análise pela Superintendência de Fiscalização Econômica, Financeira e de Mercado – SFF.					
9.1. Subvenção CDE - descontos tarifários Nos termos do inciso VII do artigo 13º da Lei nº 10.438/2002, e conforme dispõe o Decreto nº 7.891/2013, a CDE, além de suas demais finalidades, deve custear descontos incidentes sobre as tarifas aplicáveis aos: geradores e consumidores de fonte incentivada; serviço de irrigação e aquicultura em horário especial; serviço público de água esgoto e saneamento; distribuidoras com mercado próprio inferior a 500 GWh/ano; classe rural; subclasse cooperativa de eletrificação rural e; serviço público de irrigação. E, conforme o artigo 3º do Decreto nº 7.891/2013, alterado pelo Decreto nº 9.022/2017, o Gestor da CDE, que é a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE, deve repassar o montante mensal de recursos da CDE a cada distribuidora visando custear os referidos descontos tarifários retritados da estrutura tarifária. Para definição dos valores mensais dos subsídios a serem repassados, a ANEEL através da Superintendência de Gestão Tarifária - SGT utiliza o mercado considerado no período de referência do processo tarifário da concessionária. Em dezembro de 2023, a DMED encerrou o respectivo exercício social com um saldo a receber registrado no ativo circulante de R\$1.260 (R\$2.074 em 2022) para os descontos incidentes sobre as tarifas aplicáveis, conforme homologado pela ANEEL através da Resolução Homologatória nº 3.285 de 21 de novembro de 2023, correspondente ao período de competência de novembro de 2023 a outubro de 2024.					
10. Ativo financeiro indenizável (concessão) A movimentação dos saldos referentes ao ativo indenizável (concessão) está demonstrada a seguir:					
	Saldo em 31/12/2022	Adições	Atualização	Baixas	Saldo em 31/12/2023
	19.435	2.294	(282)	(4)	21.443
	Saldo em 31/12/2021	Adições	Atualização	Baixas	Saldo em 31/12/2022
	16.423	3.246	(234)	-	19.435
Através da assinatura do Sexto Termo Aditivo ao Contrato de Concessão do Serviço Público de Energia Elétrica nº 49/1999, o qual ocorreu em 8 de dezembro de 2015, a ANEEL formalizou a prorrogação do referido Contrato de Concessão até 7 de julho de 2045. Dessa forma, a DMED analisou o cálculo do ativo financeiro indenizável, levando em consideração a prorrogação da concessão por mais 30 anos, e procedeu a baixa do saldo do ativo financeiro indenizável para o ativo intangível, pertencente à parcela que será amortizada até o final da concessão, dos investimentos realizados em infraestrutura e em bens essenciais para a prestação do serviço público vinculados ao Contrato de Concessão.					
11. Superávit - plano de benefício definido					
a) Plano de benefício definido Autorizada pela Lei Municipal nº 5.428, de 30 de setembro de 1993, a DME Distribuição S.A. patrocina dois planos de benefícios distintos, cujo objetivo é proporcionar a complementação de aposentadoria dos empregados que, após terem cumprido as exigências do plano, sejam elegíveis ao benefício. A Companhia, dado o seu porte, participa de um fundo multipatrocinado. De acordo com o CPC 33, os saldos de ativos e passivos relacionados ao plano de benefício definido devem seguir as diretrizes de reconhecimento contábil conforme definido pela norma, atendendo as premissas contratuais e as exigências regulamentares. Para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2023, a Companhia obteve um laudo atuarial preparado por especialistas externos que indica um montante de ativos e passivos atuariais de R\$24.998 e de R\$3.442, respectivamente. A Companhia e os administradores do fundo de pensão estimam que os recursos relacionados ao excedente patrimonial (<i>superávit</i>) tiveram sua origem por conta da migração de uma grande parte dos participantes para o plano de benefícios da modalidade de contribuição definida em anos anteriores, tendo em vista, que a entrada em vigor da Emenda Constitucional nº 20 trouxe a necessidade de alterar o regulamento do plano de benefício DME quanto a elegibilidade e forma de cálculo dos benefícios programados. Com a alteração do Regulamento aprovado pelo Ministério de Previdência Social, verificou-se que houve um impacto nas reservas matemáticas, o qual foi sanado pela patrocinadora na ordem de R\$1.990 durante o exercício social de 2000. Considerando que os participantes estavam com uma contribuição normal elevada e que esta teria que ser paritária, foi solicitado a SUPREV, estudos para a implantação de um plano de benefícios na modalidade Contribuição Definida. Esse estudo foi realizado e aprovado pela PREVIC/MPs gerando o Plano de Benefício DME II, para o qual a grande maioria dos participantes migraram. Os valores aportados pela patrocinadora para o Plano de Benefícios DME durante o exercício social de 2000, atualizados pela meta atuarial perfazem o montante de R\$18.140. Esse valor posicionado em dezembro de 2023 pelo CPC 33 (R1) - Benefícios a Empregados resulta em um superávit de R\$21.556; Demonstra-se assim, que mais de 50% do aporte realizado pela patrocinadora, foi para atender a melhoria dos benefícios gerada pela Emenda Constitucional nº 20, bem como para a redução da contribuição normal por parte dos participantes. Em 21 de novembro de 2012, a SUPREV encaminhou processo à Superintendência Nacional de Previdência Complementar - PREVIC, com o objetivo de obter aprovação quanto à destinação da Reserva Especial do Plano de Benefícios nº 006-DME. A Companhia aguarda a homologação e aprovação final da PREVIC quanto a destinação desse superávit. Durante os exercícios sociais de 2014 a 2023, a Companhia vem reconhecendo apenas 50% do seu valor superavitário conforme estabelece a Resolução CGPC nº 26/2008, conjugada com o especificado na Interpretação Técnica nº ICPC 20, até que haja manifestação favorável da PREVIC quanto ao processo de destinação ao patrocinador.					
Segue abaixo a movimentação do plano de benefício definido:					
	31/12/2023	31/12/2022			
Valor presente das obrigações atuariais com cobertura	(3.442)	(2.842)			
Valor justo dos ativos em excesso aos montantes das obrigações	24.998	22.660			
Valor presente da obrigação descoberta	21.556	19.818			
Ativo atuarial líquido	21.556	19.818			
Ativo do plano	21.556	19.818			
Mudança no efeito do teto de ativo (Asset ceiling)	(17.200)	(15.890)			
Ativo líquido reconhecido	4.356	3.928			

Os valores reconhecidos no resultado no exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e no resultado abrangente são os seguintes:					
	31/12/2023	31/12/2022			
Ativo reconhecido no início do exercício	3.928	4.910			
Provisão para planos de benefícios e outros benefícios	319	378			
Valor reconhecido de resultados abrangentes	109	(1.360)			
Ativo líquido reconhecido	4.356	3.928			
A movimentação do valor presente das obrigações atuariais e do valor justo dos ativos do plano são como segue:					
Valor justo dos ativos do plano em 31/12/2022	22.660				
Rendimento esperado dos ativos do plano	2.194				
Benefícios pagos pelo Fundo	(71)				
Ganhos (perdas) atuariais sobre os ativos do plano	215				
Valor presente da obrigação em 31/12/2023	24.998				
Valor presente da obrigação em 31/12/2022	2.842				
Custo dos juros	269				
Custo do serviço corrente	63				
Benefícios pagos pelo Fundo	(71)				
(Ganhos) perdas decorrente de ajuste de experiencia	246				
(Ganhos) perda atuarial decorrente de mudança de hipóteses financeiras	93				
Valor presente da obrigação em 31/12/2023	3.442				
As principais premissas consideradas no cálculo atuarial na data do balanço foram:					
Premissas atuariais	31/12/2023	31/12/2022			
Taxa nominal de desconto atuarial	9,19%	9,71%			
Taxa real de juros	5,50%	6,00%			
Inflação medida	3,50%	3,50%			
Taxa nominal de rendimento esperado para os ativos do plano	9,19%	9,71%			
Rotatividade	Nulo	Nulo			
Taxa nominal de progressão salarial para participantes ativos	5,57%	5,57%			
Tábua de mortalidade participantes ativos e assistidos	AT-2000	AT-2000			
b) <u>Plano de contribuição definida</u>					
Para o plano de contribuição definida, o regime financeiro é de capitalização e repartição dos benefícios e os custos são realizados paritariamente pelos participantes e pela patrocinadora.					
As contribuições ao plano de aposentadoria de contribuição definida são reconhecidas como despesa quando efetivamente incorridas, ou seja, no momento da prestação de serviços dos empregados à Companhia, durante o exercício de 2023 foi de R\$1.376 (R\$1.378 em 2022).					
12. Imobilizado					
A concessionária considera como ativo imobilizado, os prédios administrativos, móveis e utensílios, veículos, dentre outros, os quais são considerados como ativos não elétricos.					
Também estão registrados como ativo imobilizado, a participação da DMED na UHE Machadinho, conforme Contrato de Concessão nº 09/1997 - ANEEL.					
A composição do ativo imobilizado e da depreciação acumulada são como segue:					
	Taxas anuais médias de depreciação (%)	Custo	Depreciação e amortização acumuladas	Valor líquido	
				31/12/2023	31/12/2022
Ativo imobilizado em serviço					
Geração	7,43%	32.490	(21.812)	10.678	10.758
Distribuição	6,24%	16.679	(10.252)	6.427	6.902
Administração	13,02%	24.868	(13.044)	11.824	12.174
		74.037	(45.108)	28.929	29.834
Segue abaixo a movimentação do custo do ativo imobilizado:					
	31/12/2022	Adições (*)	Baixas	Transferências para ativo financeiro	31/12/2023
Terrenos	1.212	36	-	-	1.248
Reserv. barragens e adutora - Machadinho	12.566	788	-	-	13.354
Edificações, obras civis e benfeitoria	24.950	177	-	-	25.127
Máquinas e equipamentos	25.919	1.241	(116)	-	27.044
Veículos	5.033	669	-	-	5.702
Móveis e utensílios	1.495	1	-	-	1.496
A Ratear – UHE Machadinho	-	66	-	-	66
	71.175	2.978	(116)	-	74.037
	31/12/2021	Adições (*)	Baixas	Transferências para ativo financeiro	31/12/2022
Terrenos	1.212	-	-	-	1.212
Reserv. barragens e adutora - Machadinho	12.566	-	-	-	12.566
Edificações, obras civis e benfeitoria	24.950	-	-	-	24.950
Máquinas e equipamentos	24.223	1.741	(45)	-	25.919
Veículos	5.033	-	-	-	5.033
Móveis e utensílios	1.465	30	-	-	1.495
	69.449	1.771	(45)	-	71.175
(*) Referem-se a transferências de ativo de contrato conforme descrito na nota 13.					
A movimentação da depreciação acumulada está assim apresentada:					
	31/12/2022	Adições	Baixas	31/12/2023	
Edificações, obras civis e benfeitoria	(10.867)	(933)	-	(11.800)	
Reserv. barragens e adutora - Machadinho	(8.383)	(873)	-	(9.256)	
Máquinas e equipamentos	(16.786)	(1.657)	14	(18.429)	
Veículos	(4.219)	(269)	-	(4.488)	
Móveis e utensílios	(1.086)	(49)	-	(1.135)	
	(41.341)	(3.781)	14	(45.108)	
	31/12/2021	Adições	Baixas	31/12/2022	
Edificações, obras civis e benfeitoria	(10.057)	(810)	-	(10.867)	
Reserv. barragens e adutora - Machadinho	(8.051)	(332)	-	(8.383)	
Máquinas e equipamentos	(15.809)	(1.002)	25	(16.786)	
Veículos	(3.908)	(311)	-	(4.219)	
Móveis e utensílios	(1.033)	(53)	-	(1.086)	
	(38.858)	(2.508)	25	(41.341)	
13. Ativos intangível e de contrato (infraestrutura em construção)					
O direito de cobrar dos consumidores amortizado dentro do prazo da concessão. Este ativo intangível é avaliado ao custo de aquisição, deduzida da amortização acumulada que é calculada utilizando-se as taxas de depreciação definidas pela ANEEL na Resolução nº 674/2015 para depreciação da infraestrutura.					
A agência reguladora ANEEL é responsável por estabelecer a vida útil econômica estimada de cada bem integrante da infraestrutura de distribuição para efeitos de determinação da tarifa, bem como para apuração do valor da indenização de bens reversíveis no vencimento do prazo da concessão. Essa estimativa é revisada periodicamente e aceita pelo mercado como uma estimativa razoável/adeguada para efeitos contábeis e regulatórios e que representa a melhor estimativa de vida útil dos bens.					
A Administração da Companhia entende que a amortização do ativo intangível deve representar a vida útil estimada de cada bem integrante do conjunto de bens tangíveis contidos na infraestrutura de distribuição. Assim sendo, esses bens devem ser amortizados individualmente, respeitando a vida útil de cada um deles, limitada ao prazo de vencimento da concessão.					
O valor residual de cada bem que ultrapassa o prazo do término da concessão está alocado como ativo financeiro da concessão.					
O saldo de intangível e de contrato está composto como segue:					
	Custo	Amortização acumulada	Valor residual de 31/12/2023	Valor residual de 31/12/2022	
Geração	47.628	(29.773)	17.855	16.216	
Distribuição	225.308	(102.009)	123.299	121.937	
Administração	749	(666)	83	115	
Ativo contratual (infraestrutura em construção)	38.713	-	38.713	16.458	
	312.398	(132.448)	179.950	154.726	
A movimentação do intangível e de contrato está demonstrada a seguir:					
	Geração	Distribuição	Administração	Total do intangível	Ativo de contrato
					Total
Custo					
Saldo em 31/12/2021	47.304	210.965	749	259.018	13.684
Adições (*)	3.237	14.474	-	17.711	23.105
Baixas	(5.930)	(8.686)	-	(14.616)	(20.331)
Saldo em 31/12/2022	44.611	216.753	749	262.113	16.458
Adições (*)	3.119	14.875	-	17.994	39.124
Baixas	(102)	(6.320)	-	(6.422)	(16.869)
Saldo em 31/12/2023	47.628	225.308	749	273.685	38.713
Amortização					
Saldo em 31/12/2021	(30.061)	(88.617)	(603)	(119.281)	-
Adições	(1.296)	(9.094)	(31)	(10.421)	-
Baixas	2.962	2.895	-	5.857	-
Saldo em 31/12/2022	(28.395)	(94.816)	(634)	(123.845)	-
Adições	(1.406)	(9.263)	(32)	(10.701)	-
Baixas	28	2.070	-	2.098	-
Saldo em 31/12/2023	(29.773)	(102.009)	(666)	(132.448)	-
Valor residual líquido					
Saldo em 31/12/2022	16.216	121.937	115	138.268	16.458
Saldo em 31/12/2023	17.855	123.299	83	141.237	38.713
Taxa de amortização %	7,43%	6,24%	13,02%		
(*) As adições de intangíveis referem-se a transferências de ativo de contrato.					
<u>Ativo de contrato (infraestrutura em construção)</u>					
O ativo de contrato (infraestrutura em construção) é o direito à contraprestação em troca de bens ou serviços transferidos ao cliente ao longo do tempo, durante a fase de construção. Conforme determinado pelo CPC 47 - Receita de contrato com cliente, os bens vinculados à concessão em construção, registrados sob o escopo do ICPC 01 (R1) - Contratos da CONCESSÃO, devem ser classificados como ativo de contrato (infraestrutura em construção) pois a Companhia tem o direito de (i) cobrar pelos serviços prestados aos consumidores dos serviços públicos ou (ii) receber dinheiro ou outro ativo financeiro, pela reversão da infraestrutura do serviço público, após o término do período de construção e consequente reconhecimento dos bens em construção (ativo de contrato) para intangível da concessão.					
O ativo de contrato (infraestrutura em construção) é reconhecido inicialmente pelo valor justo na data de sua aquisição ou construção.					
<u>Teste de redução ao valor recuperável dos ativos</u>					
A Companhia avaliou eventuais indicativos de desvalorização de seus ativos que pudessem gerar a necessidade de testes sobre o valor recuperável. Tal avaliação foi baseada em fontes externas e internas de informações, levando em consideração o valor justo de um instrumento utilizando um preço de mercado observável.					
O resultado de tal avaliação para todos os exercícios apresentados não apontou indicativos de redução ao valor recuperável desses ativos, não havendo, portanto, perdas por desvalorização a serem reconhecidas.					
<u>Obrigações vinculadas à concessão do serviço público de energia elétrica</u>					
As obrigações especiais (não remuneradas) representam as obrigações da União, dos Estados, dos Municípios e dos consumidores, bem como as doações não condicionadas a qualquer retorno em favor do doador e as subvenções destinadas a investimentos na concessão do serviço público de energia elétrica na atividade de distribuição. As obrigações especiais estão sendo amortizadas às mesmas taxas de amortização dos bens que compõem a infraestrutura, a partir do segundo ciclo de revisão tarifária periódica (a partir de junho de 2008). Ao final da concessão o valor residual das obrigações especiais será deduzido do ativo financeiro de indenização.					

14. Fornecedores		31/12/2023	31/12/2022		
Materiais e serviços		8.198	1.332		
Fornecedores de energia elétrica		5.144	4.958		
Fornecedores - Encargos de uso do sistema de transmissão e distribuição		2.348	2.032		
Fornecedores de energia elétrica - CCEE		1.322	1.547		
Fornecedores – Encargos de conexão		34	-		
		17.046	9.869		
15. Credores diversos					
		31/12/2023	31/12/2022		
Prefeitura municipal de Poços de Caldas – CIP (*)		5.525	3.526		
Consumidores / Microgeração		2.992	1.153		
Taxa de iluminação pública arrecadada		1.884	1.700		
Cauções em garantia		592	474		
Credores - outros		210	159		
Fupaj - Repasse lei 8415/07		108	89		
Empregados		45	208		
		11.356	7.309		
(*) Refere-se a contribuição de iluminação publica cobrada nas faturas de energia elétrica da DMED, cujo saldo é aplicado na manutenção da iluminação publica do município e realizado através da DME Energetica S.A. - DMEE					
16. Encargos regulatórios					
		31/12/2023	31/12/2022		
Conta de desenvolvimento energético - CDE		815	579		
Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos - COFURH		194	188		
Taxa de fiscalização - ANEEL		29	28		
		1.038	795		
17. Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) e Programas de Eficiência Energética (PEE)					
		31/12/2023	31/12/2022		
Recursos em poder da empresa		2.030	1.840		
Fundo nacional de desenvolvimento científico e tecnológico - FNDCT		65	55		
Ministério de minas e energia - MME		33	27		
Repasse a CDE – Recursos P&D		20	18		
Programa de eficiência energética		3.703	2.718		
		5.851	4.658		
Pesquisa e desenvolvimento		2.148	1.940		
Programa de eficiência energética		3.703	2.718		
18. Tributos e contribuições sociais					
		31/12/2023	31/12/2022		
ICMS		4.351	1.196		
COFINS		1.325	1.635		
IRPJ - Imposto de renda pessoa jurídica		1.164	-		
CSLL - Pessoa jurídica		494	-		
INSS		454	455		
PIS/PASEP		276	338		
FGTS		185	254		
Cofins - Lei 10.833/03		76	76		
IRRF - Serviços de terceiros		39	36		
ISS - Serviços de terceiros		38	39		
CSLL - Lei 10.833/03		25	25		
PIS - Lei 10.833/03		17	16		
IRRF - Juros sobre capital próprio		-	150		
PIS e Cofins a restituir		9.620	10.580		
Repetição de indébito tributário PIS e COFINS (Nota 8)		28.904	26.223		
		46.968	41.023		
Circulante		11.364	4.220		
Não circulante		35.604	36.803		
19. Provisões para contingência					
A Companhia registrou provisões para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis, as quais foram constituídas mediante as orientações do Pronunciamento Técnico CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes. As provisões para contingências foram constituídas pela Administração com base em avaliação dos riscos de perdas em processo em que a Companhia, tenha probabilidade de perda (saída de recursos) mais provável do que não, na opinião dos assessores legais e da Administração.					
	31/12/2022	Constituição de provisão	Reversão da provisão	Realização pagamentos	31/12/2023
Cíveis	31.259	907	(235)	(6)	31.925
Trabalhistas	738	832	(288)	(21)	1.261
Tributárias:					
Federal	14.977	632	(2.449)	-	13.160
Estadual	545	-	-	-	545
Total	47.519	2.371	(2.972)	(27)	46.891
a) Cíveis					
A Companhia discute questões de diversas naturezas que, com base na avaliação dos seus assessores jurídicos e seguindo critérios definido pela Administração, são consideradas de risco de perda provável e, portanto, são provisionadas. As ações cíveis classificadas pelo assessores jurídicos como risco de perda possível são de R\$2.980.					
b) Trabalhistas					
As principais causas trabalhistas relacionam-se às reivindicações de ex-funcionários e sindicatos para o pagamento de ajustes salariais (horas extras, equiparação salarial, reajuste salarial acordo coletivo, dentre outras reivindicações. As ações trabalhistas classificadas pelo assessores jurídicos como risco de perda possível são de R\$555.					
c) Fiscais - não recolhimento de tributos federais					
Foi lavrado pela Secretaria da Receita Federal contra o então Departamento Municipal de Eletricidade de Poços de Caldas - DME, auto de infração alegando o não recolhimento de IRPJ, CSLL, PIS e COFINS para os períodos de 1999 a 2004 e 2007 a 2010. Ocorre que até maio de 2010, a Companhia gozava de imunidade tributária para o recolhimento dos referidos impostos, no entanto, o Fisco lavrou Auto de Infração descaracterizando a imunidade (recíproca) da Companhia. Em 2014, baseada em decisão final do CARF - Conselho Administrativo de Recursos Fiscais, favorável à Companhia, foi efetuada reversão de parte do valor inicialmente provisionado para os períodos de 1999 a 2004.					
Em 2020, a decisão final do CARF - Conselho Administrativo de Recursos Fiscais, também foi favorável à Companhia, que não conheceu o Recurso Especial apresentado pela Procuradoria da Fazenda Nacional. Desta forma, o Auto de Infração recebido pelo não recolhimento de IRPJ, CSLL, PIS e COFINS para o período de 2007 foi encerrado, e consequentemente, revertido os valores decorrentes do contingenciamento, da ordem de R\$13.006. Até o exercício de 2022, a Companhia mantinha provisionado o montante de R\$2.883 referente aos autos de infração de 2008 a 2010 até que fossem julgados pelo CARF.					
Em 2023, foi concedido novamente pelo CARF - Conselho Administrativo de Recursos Fiscais, decisão favorável à Companhia. Sendo assim, o Auto de Infração recebido pelo não recolhimento de IRPJ, CSLL, PIS e COFINS para os períodos de 2008 e 2009 foram encerrados, e consequentemente, revertidos os valores decorrentes do contingenciamento, da ordem de R\$2.449.					
d) Fiscais - não recolhimento de INSS Terceiras Entidades					
A DMED sofreu fiscalização da Receita Federal, no que tange aos recolhimentos de contribuições previdenciárias. Sendo assim, foi identificado pelo Fisco, a falta de recolhimento de INSS Terceiras Entidades, férias, prêmio produtividade, alimentação, multas acessórias, relativo ao período de 04/2004 a 09/2008.					
Para este Auto, o montante quantificado pelos Assessores Jurídicos da Companhia e classificado como risco provável de perda está na ordem de R\$11.986 e foi contabilizado pela Companhia.					
Não há ações tributárias classificadas pelos assessores jurídicos como risco de perda possível.					
20. Patrimônio líquido					
a) Capital social					
O capital social da Companhia é integralmente subscrito pelo acionista e controlador DME Poços de Caldas Participações S.A., o qual está assim representado:					
	2023 e 2022				
	Quantidade de ações		Valor		
Capital subscrito	476.785.114		222.950		
Capital social	476.785.114		222.950		
b) Reserva legal					
É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.					
c) Reservas de lucros					
As reservas de lucros são contas de reservas constituídas pela apropriação de lucros da Companhia. O saldo da reserva de lucros em 31 de dezembro de 2023 é de R\$111.390 que compreende: i) Reserva de retenção de lucros, no valor de R\$1.094, nos termos do artigo 196 da Lei 6.404/76; e ii) Reserva de Lucros, no valor de R\$110.296, conforme previsto no § 4º do art. 182 da Lei 6.404/76.					
d) Destinação do lucro líquido					
O Estatuto Social da Companhia prevê a distribuição como dividendo de 25% do lucro líquido ajustado na forma da lei ao titular de suas ações.					
	31/12/2023	31/12/2022			
Lucro líquido do exercício	24.164	24.515			
(-) Reserva legal (5%)	(1.208)	(1.226)			
Base de cálculo	22.956	23.289			
Dividendos mínimos obrigatórios (25%)	5.739	5.822			
Juros sobre capital próprio					
Os juros sobre capital próprio pagos no exercício de 2023, calculados sobre as contas do patrimônio líquido, aplicando-lhes a taxa de juros de longo prazo do respectivo período, no valor total líquido de R\$4.703 (R\$5.533 bruto em 2023 e R\$13.487 bruto em 2022), são imputados aos dividendos obrigatórios.					
21. Receita operacional líquida					
A reconciliação das vendas brutas para a receita líquida é como segue:					
	31/12/2023	31/12/2022			
Receita Operacional Bruta:					
Fornecimento de energia elétrica	183.662	192.014			
Suprimento de energia elétrica	27.817	24.824			
Venda de energia MVE - Mecanismo de venda de excedente	-	9.986			
Ativos financeiros - CVA	(18.678)	171			
Disponibilização da rede elétrica	64.762	48.146			
Energia elétrica de curto prazo	8.696	6.918			
	266.259	282.059			
Receita de construção	15.831	19.562			
Doações, contrib. subvenções vinculadas ao serviço concedido	25.206	11.867			
Serviço taxado	730	476			
Outros serviços cobráveis	16	48			
	308.042	314.012			
Deduções da receita operacional:					
Impostos sobre a receita					
ICMS	(45.181)	(51.186)			
PIS/PASEP	(4.334)	(4.917)			
COFINS	(20.388)	(22.770)			
	(69.903)	(78.873)			
Encargos do consumidor					
Conta de desenvolvimento energético - CDE	(48.885)	(48.916)			
Pesquisa e desenvolvimento	(851)	(819)			
Programa de eficiência energética	(851)	(819)			
Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos	(1.199)	(1.094)			
Taxa de fiscalização	(337)	(304)			
	(52.123)	(51.952)			
Receita operacional líquida	186.016	183.187			
a) Fornecimento de energia elétrica					
A composição do Fornecimento de Energia Elétrica, por classe de consumidores, é a seguinte:					

Fornecimento faturado

	31/12/2023			31/12/2022		
	Nº CONS	MWH	RS/MIL	N.ºCONS	MWH	RS/MIL
Residencial	72.699	134.877	112.717	71.016	129.072	118.893
Residencial baixa renda	5.686	10.862	3.977	5.878	10.468	295
Industrial	178	1.456	17.817	182	30.468	22.087
Comercial	6.344	69.194	54.491	5.952	66.283	54.172
Rural	475	5.411	4.132	479	5.506	3.992
Poder público	440	5.088	4.141	428	4.833	3.841
Iluminação pública	6	13.318	6.126	6	18.210	8.785
Serviço público	139	14.274	8.195	139	14.117	8.589
Consumidores Livres	43	24.563	63.310	38	302.258	46.715
Receita disponibilidade da rede elétrica	-	-	1.519	-	-	1.520
Ultrapassagem de demanda e ex. reativo	-	-	(2.261)	-	-	(1.928)
Outros consumidores cativos	-	-	(68)	-	-	(87)
Subtotal	86.010	279.043	274.096	84.118	581.215	266.874
Energia elétrica - CCEE	-	-	8.696	-	-	6.918
Venda de energia - MVE	-	-	-	-	-	9.986
Receita CVA ativa/passiva não faturada	-	-	(18.678)	-	-	171
Fornecimento não faturado exerc. anterior	-	-	(12.983)	-	-	(14.873)
Fornecimento não faturado	-	-	15.128	-	-	12.983
Total	86.010	279.043	266.259	84.118	581.215	282.059

O consumo próprio da Companhia corresponde a 901,54 MWh e 17 instalações de consumo.

b) Tarifa do Uso do Sistema de Distribuição - Consumidores Livres

Parcela referente ao consumidor industrial na área de concessão da Companhia que está na condição de “livre”. Dessa forma, os encargos referentes ao uso da rede de distribuição “TUSD” desse consumidor livre, é cobrado pela Companhia conforme demonstrado na nota explicativa acima como: receita pela disponibilidade da rede elétrica e receita de custo de conexão consumidores livres.

c) Receita CVA ativa/passiva não faturada

As receitas decorrentes das variações da conta de Compensação de Variação de Custos da Parcela A (CVA) e de Outros Componentes Financeiros passaram a ser registrados a partir de 10 de dezembro de 2014, mediante aditamento dos contratos de concessão de distribuição de energia elétrica. Os montantes registrados na receita decorrem das constituições e amortizações realizadas durante o exercício de 2023, os quais já foram e ainda serão homologados nos próximos reajustes tarifários da DMED.

22. Custo do serviço, operação, despesas e receitas operacionais

Os custos com energia elétrica e operação, bem como as despesas e receitas operacionais têm a seguinte composição por natureza de gasto:

Natureza de gasto	Custo do serviço	Despesas com vendas	Desp. gerais e administrativas	Outras despesas/receitas líquidas	31/12/2023
Energia elétrica comprada p/ revenda	66.341	-	-	-	66.341
Encargos de uso da rede elétrica	25.049	-	-	-	25.049
Pessoal e administradores	22.577	-	8.025	-	30.602
Material	1.094	-	324	-	1.418
Serviços de terceiros	7.803	-	7.012	-	14.815
Custo de construção	15.831	-	-	-	15.831
Depreciação	11.038	-	795	-	11.833
Amortização	110	-	-	-	110
Arrendamentos e aluguéis	26	-	-	-	26
Seguros	16	-	15	-	31
Tributos	94	-	239	-	333
Doações, contribuições e subvenções	4	-	346	-	350
Provisão	-	2.851	2.476	-	5.327
(-) Reversão da provisão	-	(380)	(2.971)	-	(3.351)
(-) Recuperação de despesas	(764)	-	(153)	-	(918)
Compartilhamento de infraestrutura	-	-	-	(10.306)	(10.306)
Serviços de operação e manutenção	-	-	-	(93)	(93)
Perda (ganho) ativo financeiro concessão	-	-	-	282	282
Perda (ganho) alienação e desativação de bens e direitos	-	-	-	1.878	1.878
Laudo de indenização de Antas I – RN 942/2021	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	3.033	3.033
Total	149.219	2.471	16.108	(5.206)	162.592

Natureza de gasto	Custo do serviço	Despesas com vendas	Desp. gerais e administrativas	Outras despesas/receitas líquidas	31/12/2022
Energia elétrica comprada p/ revenda	66.546	-	-	-	66.546
Energias de uso da rede elétrica	23.986	-	-	-	23.986
Pessoal	21.518	-	9.148	-	30.666
Material	1.088	-	296	-	1.384
Serviços de terceiros	5.969	-	4.162	-	10.131
Custo de construção	19.562	-	-	-	19.562
Depreciação	11.021	-	679	-	11.700
Arrendamentos e aluguéis	23	-	-	-	23
Seguros	17	-	15	-	32
Tributos	101	-	245	-	346
Doações, contribuições e subvenções	4	-	319	-	323
Provisão	-	2.630	7.861	-	10.491
(-) Reversão da provisão	-	(152)	(1.490)	-	(1.642)
(-) Recuperação de despesas	(828)	-	(382)	-	(1.210)
Compartilhamento de infraestrutura	-	-	-	(8.580)	(8.580)
Serviços de operação e manutenção	-	-	-	(45)	(45)
Perda (ganho) ativo financeiro concessão	-	-	-	234	234
Perda (ganho) alienação e desativação de bens e direitos	-	-	-	2.287	2.287
Laudo de indenização de Antas I – RN 942/2021	-	-	-	1.186	1.186
Outros	3	-	-	2.624	2.627
Total	149.010	2.478	20.853	(2.294)	170.047

26. Transações com partes relacionadas

A Companhia é controlada pela DME Poços de Caldas Participações S.A., que detém 100% das ações da sociedade.

As seguintes transações foram conduzidas com partes relacionadas:

a) CIP - Contribuição para Iluminação Pública

	31/12/2023	31/12/2022
Prefeitura municipal de Poços de Caldas – CIP (Nota 15)	5.525	3.526

b) Produtos e serviços

Parte relacionada	Natureza da operação	31/12/2023	31/12/2022
DME - Energética S.A.	Receita pela disponibilidade da rede elétrica (nota 21)	1.519	1.520

As contas a pagar a partes relacionadas são, principalmente, decorrentes de operações de compras e vencem dois meses após a data da compra. As contas a pagar não estão sujeitas a juros.

c) Pessoal-chave

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a remuneração total do pessoal-chave da Administração da Companhia está composta como segue:

	31/12/2023	31/12/2022
Salários	689	1.253
Encargos sociais	243	466
Férias e 13º salário	193	370
Vale-alimentação/refeição	35	48
Outros benefícios	226	338
	1.386	2.475

27. Instrumentos financeiros: ativos e passivos financeiros

Instrumentos financeiros por categoria são como seguem:

		31/12/2023		
		Valor justo através do resultado		Total
Ativos financeiros	Custo amortizado			
Caixa e equivalentes de caixa	104.399	-		104.399
Consumidores e concessionárias	42.671	-		42.671
Ativos financeiros setoriais	39.752	-		39.752
Ativo financeiro concessão	-	21.443		21.443
	186.822	21.443		208.265
Passivos financeiros				
	Custo amortizado			
Passivos financeiros setoriais	47.757			
Fornecedores	17.046			
Programa de Eficiência Energética	3.703			
Pesquisa e Desenvolvimento	2.148			
Encargos regulatórios	1.038			
Dividendos a pagar	1.036			
	72.728			
		31/12/2022		
		Valor justo através do resultado		Total
Ativos financeiros	Custo amortizado			
Caixa e equivalentes de caixa	76.037	-		76.037
Ativos financeiros setoriais	57.273	-		57.273
Consumidores e concessionárias	35.183	-		35.183
Ativo financeiro concessão	-	19.435		19.435
	168.493	19.435		187.928
Passivos financeiros				
	Custo amortizado			
Passivos financeiros setoriais	37.703			
Fornecedores	9.869			
Tributos e contribuições sociais	4.220			
Programa de Eficiência Energética	2.718			
Pesquisa e Desenvolvimento	1.940			
Encargos regulatórios	795			
Folha de pagamento	515			
	57.760			

28. Gestão de risco financeiro

Fatores de risco financeiro

As atividades da Companhia a expõem a diversos riscos financeiros, como risco de crédito e risco de liquidez. O programa de gestão de risco da Companhia se concentra na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro da Companhia.

A gestão de risco é realizada pela Supervisão Financeira da Companhia, segundo as políticas aprovadas pela Administração. A Supervisão Financeira da DMED identifica, avalia e a protege contra eventuais riscos financeiros em cooperação com as unidades operacionais da Companhia.

A Administração estabelece princípios, por escrito, para a gestão de risco, bem como para áreas específicas, como risco de crédito e investimento de excedentes de caixa.

Risco de crédito

O risco surge da possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados a seus consumidores, concessionárias e permissionárias. Para reduzir esse tipo de risco e para auxiliar no gerenciamento do risco de inadimplência, a Companhia monitora as contas a receber de consumidores realizando diversas ações de cobrança, incluindo a interrupção do fornecimento caso o consumidor deixe de realizar seus pagamentos. No caso de consumidores, o risco de crédito é baixo devido à grande pulverização da carteira.

Risco de liquidez

A previsão de fluxo de caixa é realizada na Companhia pela Gerência Financeira. Este departamento monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez da Companhia para assegurar que ela tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais.

O excesso de caixa mantido pela Companhia, além do saldo exigido para administração do capital circulante, é transferido para a Supervisão Financeira. A Supervisão Financeira investe o excesso de caixa em contas correntes com incidência de juros, depósitos a prazo, escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados ou liquidez suficiente para fornecer margem suficiente, conforme determinado pelas previsões acima mencionadas. Na data do relatório, a Companhia mantinha fundos de curto prazo de R\$102.891 (em 2022 R\$75.124) e outros ativos líquidos de R\$31.138(em 2022 R\$54.130), os quais se espera que gerem prontamente entradas de caixa para administrar o risco de liquidez a valores nominais.

Risco regulatório

As tarifas de fornecimento de energia elétrica cobradas pelas empresas de distribuição de energia elétrica dos consumidores cativos são fixadas pela ANEEL. A metodologia de revisão tarifária (ciclo de revisão) é de acordo com a periodicidade prevista nos contratos de concessão.

As tarifas assim fixadas, conforme disposto na Lei nº 8.987/1995, devem assegurar o equilíbrio econômico-financeiro do contrato de concessão no momento da revisão tarifária, o que pode gerar reajustes menores em relação ao esperado pelas empresas do setor, embora possam ser compensadas em períodos subsequentes por outros reajustes.

Risco de escassez de energia elétrica

A energia fornecida aos consumidores da Companhia é oriunda de empreendimentos das quais é proprietária/consorciada, de cotas compulsórias (Itaipu, Angra I e Angra II, Cotas de Garantia Física e PROINFA) e da aquisição em Leilões de Energia, sendo que a fonte hidrelétrica é responsável por cerca de 76% do portfólio.

As vazões afluentes às usinas localizadas em algumas bacias que compõem o SIN, nestes últimos anos, situaram abaixo da média histórica, porém a partir de 2022 houve uma recuperação dos níveis dos reservatórios ocasionada pela melhora na hidrologia no período. Até 2021, em algumas dessas bacias, observaram-se as piores sequências hidrológicas de todo o histórico de vazões de 91 anos (1931/2021). Considerando de forma agregada, as vazões para todo o SIN, no último período de janeiro de 2021 a dezembro de 2021, configuraram a pior condição hidrológica já observada para esse período no histórico.

Em termos de armazenamentos equivalentes, foram verificados, ao final de dezembro/23, os seguintes valores nos subsistemas Sudeste/Centro-Oeste e Sul, correspondentes a 61,31% e 82,89%, apresentando estabilidade em relação ao mesmo período do ano anterior.

Diante do contexto hidrológico favorável nas principais bacias hidrográficas do SIN desde o início do período chuvoso 2023/2024 e uma projeção de baixo crescimento da carga, não há indicativos de possibilidade de racionamento de energia.

Gestão de capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Companhia para oferecer retorno ao acionista e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

29. Estimativas e julgamentos contábeis críticos

A preparação das demonstrações financeiras exige que a Administração faça julgamentos e estimativas e estabeleça premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas a seguir descritas são revisadas continuamente. Os efeitos decorrentes das revisões feitas nas estimativas contábeis são reconhecidos no exercício ou período em que as estimativas são revistas se a revisão afetar apenas este exercício ou período, ou também em exercícios ou períodos subsequentes se a revisão afetar os resultados futuros.

De modo a proporcionar um entendimento de como a Companhia e suas controladas formam seus julgamentos sobre eventos futuros, inclusive quanto a variáveis e premissas utilizadas nas estimativas, são incluídos comentários referentes a alguns assuntos, conforme segue:

(a) Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros: Nota 3.b

(b) Superávit – Plano de benefício definido: Nota 11

(c) Provisão para contingências: Nota 19

30. Cobertura de seguros

A Companhia tem por política manter cobertura de seguros em montante adequado aos possíveis riscos com sinistros de seu patrimônio. O valor dos seguros contratados em 31 de dezembro de 2023 é considerado suficiente, segundo a opinião de assessores especializados em seguros, para cobrir eventuais perdas.

O escopo dos trabalhos de nossos auditores não inclui emissão de opinião sobre a suficiência da cobertura de seguros, a qual foi determinada e analisada quanto à adequação pela administração da Companhia.

Diretoria

Miguel Gustavo Durante de Oliveira - Diretor Superintendente
Miguel Gustavo Junqueira Franco - Diretor Administrativo Financeiro
Marco César Castro de Oliveira - Diretor Técnico

Responsável Técnico

Sandra Cristina Rodrigues Ribeiro Bertozzi - Contadora - CRC-MG090512/O-2

EXTRATO DO PARECER DO CONSELHO FISCAL DA DME DISTRIBUIÇÃO S.A. – DMED. Em reunião ordinária do Conselho Fiscal, realizada em 23/04/2024, às 14:30 hs, os membros efetivos do Conselho Fiscal manifestaram, por unanimidade, pareceres favoráveis à: (i) aprovação do teor constante do Relatório de Administração, Relatório dos Auditores Independentes, Demonstrações Financeiras e respectivas notas explicativas, referentes ao exercício social findo em 31/12/2023, estando aptas para deliberação pelos órgãos competentes; e (ii) aprovação da destinação do resultado do exercício social findo em 31/12/2023 e distribuição de dividendos. Valdeci Miguel Rodrigues – Presidente, Marlene de Fátima Silva – Conselheira Fiscal Efetiva, Rejane Aparecida Faria Lelis – Conselheira Fiscal Efetiva.

MANTIQUEIRA EDICAO DIGITAL 24 04 2024 DME DISTRIBUICAO S A DMED RELATORIO DA ADMINISTRACAO pdf

Código do documento af74451a-9b54-4818-b7c1-772b119fa5b1



Assinaturas



EMPRESA JORNALISTICA POCOS DE CALDAS LIMITADA:18176958000101
Certificado Digital
anuncio@mantiqueira.inf.br
Assinou

Eventos do documento

24 Apr 2024, 07:44:12

Documento af74451a-9b54-4818-b7c1-772b119fa5b1 **criado** por JOSÉ VICENTE ALVES
(ca49e68d-46f3-4834-93a7-ce5b731a8f9c). Email:anuncio@mantiqueira.inf.br. - DATE_ATOM:
2024-04-24T07:44:12-03:00

24 Apr 2024, 07:44:36

Assinaturas **iniciadas** por JOSÉ VICENTE ALVES (ca49e68d-46f3-4834-93a7-ce5b731a8f9c). Email:
anuncio@mantiqueira.inf.br. - DATE_ATOM: 2024-04-24T07:44:36-03:00

24 Apr 2024, 07:44:57

ASSINATURA COM CERTIFICADO DIGITAL ICP-BRASIL - EMPRESA JORNALISTICA POCOS DE CALDAS
LIMITADA:18176958000101 **Assinou** Email: anuncio@mantiqueira.inf.br. IP: 187.87.115.90
(187-87-115-90.as28220.net porta: 43036). Dados do Certificado: C=BR,O=ICP-Brasil,OU=Secretaria da Receita
Federal do Brasil - RFB,OU=AC CONSULTI BRASIL RFB,OU=A1,CN=EMPRESA JORNALISTICA POCOS DE CALDAS
LIMITADA:18176958000101. - DATE_ATOM: 2024-04-24T07:44:57-03:00

Hash do documento original

(SHA256):76b762e977834596b6586928ae1b127d49e1f2cab707c7b19b7a00b9c227050c

(SHA512):008e10faafa130e04e5652a734cd67694636d08eccc5c4badf8e8302968e764279ad7cd511986ef766763848028e331380871b72e33f70b660c5f4859aa5824a

Esse log pertence **única e exclusivamente** aos documentos de HASH acima

Esse documento está assinado e certificado pela D4Sign